



CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO RN SA  
Av. Cap. Mor Gouveia, - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59060-400  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - http://ceasa.rn.gov.br

## EDITAL Nº 003/2026/2026

Processo nº 03110019.001448/2024-31

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na execução de serviços de manutenção predial, compreendendo à Cobertura, Instalações Elétricas e Hidrossanitárias, Combate à Incêndio, Revestimento e Pintura e Pavimentação do Prédio do Programa Cesta Solidária.

### PREÂMBULO

**Código da Licitação no sistema Licitações-E: 1092121**

**Tipo de Licitação: MENOR PREÇO GLOBAL**

**Início de Acolhimento das Propostas: 28/04/2026 no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)**

**Limite para Acolhimento das Propostas: 14/05/2026 às 10:00h no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)**

**Abertura da Sessão Pública: 14/05/2026 às 10:00h no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)**

**OBSERVAÇÃO:** TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO NO PRESENTE INSTRUMENTO, NO AVISO E DURANTE A SESSÃO PÚBLICA OBSERVARÃO, OBRIGATORIAMENTE, O HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF E, DESSA FORMA, SERÃO REGISTRADAS NO SISTEMA ELETRÔNICO.

A **CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S/A - CEASA/RN, Sociedade de Economia Mista, localizada na Avenida Capitão Mor Gouveia, nº 3.005, CEP: 59.060-400, Bairro: Lagoa Nova, Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, inscrita no CNPJ sob o nº 08.060.899/0001-40**, por meio de seu Presidente da Comissão Permanente de Licitação torna público e comunica aos interessados a realizará na data, horário e local acima mencionados licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, COM PARTICIPAÇÃO PREFERENCIAL PARA MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)** para contratação de empresa especializada na execução de serviços de manutenção predial, compreendendo à Cobertura do Prédio, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, Combate à Incêndio, Revestimento e Pintura e Pavimentação do Prédio do Programa Cesta Solidária, conforme descrito neste termo de referência (Anexo I do Edital), conforme detalhamentos constantes neste Edital e anexos, consoante o **Processo Administrativo nº (03110019.001448/2024-31)**.

Não havendo expediente na data marcada ou havendo fato superveniente impeditivo à realização, a sessão pública será adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário, salvo comunicação em contrário do pregoeiro.

A presente licitação e consequente contratação serão regidas pelas seguintes normas:

- I - Regulamento de Licitações e Contratos da CEASA/RN/RN;
- II - Lei Federal de nº 13.303, de 30 de Junho de 2016;
- III - Lei Federal de nº 14.133, de 1 de Abril de 2021;
- IV - Lei Estadual de nº 11.587, de 08 de Novembro de 2023;
- V - Lei Estadual de nº 10.783, de 22 de Outubro de 2020;
- VI - Lei Estadual de nº 10.171, de 21 de Fevereiro de 2017;
- VII - Lei Complementar Federal de nº 123, de 14 de Dezembro de 2006;
- VIII - Lei Complementar Estadual de nº 675, de 06 de Novembro de 2020;
- IX - Decreto Federal nº 10.024, de Setembro de 2019;
- X - Decreto Estadual nº 17.144, de 16 de Outubro de 2003;
- XI - Decreto Estadual nº 17.145, de 16 de Outubro de 2003;
- XII - Decreto Estadual nº 19.938, de 31 de Julho de 2007;
- XIII - Decreto Estadual nº 21.709, de 23 de Junho de 2010;
- XIV - Decreto Estadual de nº 31.902, de 9 de Setembro de 2022;
- XV - Decreto Estadual de nº 31.346, de 1º de Abril de 2022;
- XVI - Decreto Estadual de nº 30.753, de 22 de Julho de 2021;
- XVII - Decreto Estadual de nº 31.832, de 22 de Agosto de 2022;

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Edital é a contratação de empresa especializada na execução de serviços de

manutenção predial, compreendendo à Cobertura do Prédio, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, Combate à Incêndio, Revestimento e Pintura e Pavimentação do Prédio do Programa Cesta Solidária, conforme características, quantidades e condições dispostas no termo de referência (Anexo I).

## 2. DOS ANEXOS

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Minuta do Contrato;

ANEXO III - Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO IV - Modelo de Declaração de cumprimento da reserva de cargos para travestis e transexuais, conforme determina a Lei nº 11.587, de 08 de novembro de 2023;

ANEXO V - Modelo de Declaração de cumprimento de reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitado da previdência social, conforme determina a Lei Estadual de nº 10.783, de 22 de Outubro de 2020;

ANEXO VI - Modelo de declaração de não ter em seu quadro de pessoa atuando em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, cumprindo estritamente o previsto no inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal;

## 3. DA CONDUÇÃO DO CERTAME

3.1. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da CEASA/RN, designado Pregoeiro, mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações-E", constante na página eletrônica do Banco do Brasil S/A, no seguinte endereço: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), opção "acesso identificado".

## 4. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1. O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos de criptografia e autenticação em todas as suas fases;

4.2. Observado o prazo legal, o interessado poderá formular consultas, pedidos de esclarecimentos ou impugnação na forma prevista neste edital;

4.3. O licitante deverá observar, rigorosamente, os prazos limites (data e horário) para recebimento de propostas, bem como de abertura e início da sessão de disputa de preços, de acordo com as informações abaixo;

4.4. **O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;**

4.5. **É de total responsabilidade do Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas no sistema ou de sua desconexão;**

4.6. **Não serão aceitas qualquer outra forma de contato com o Pregoeiro e a Equipe do Pregão diversa do "chat" para mensagens durante o transcorrer da sessão pública do certame;**

## 5. DOS PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO

5.1. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública qualquer pessoa física/jurídica interessada, poderá apresentar pedidos de impugnação e esclarecimento contra o presente edital;

5.1.1. Decairá o direito de impugnar os termos deste edital, o licitante que venha impugnar os termos do presente edital fora do prazo estabelecido no item anterior e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente;

5.1.1.1. Não serão reconhecidos solicitações de impugnação ao presente instrumento após a abertura das propostas de preços, falhas ou irregularidades que o viciarem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso;

5.1.2. Os pedidos de esclarecimentos e impugnação referentes a este edital deverão ser dirigidos ao Pregoeiro da CEASA/RN/RN eletrônico: [cplceasarn@gmail.com](mailto:cplceasarn@gmail.com) ou entregue no setor de protocolo da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Norte S/A - CEASA/RN, localizada na Avenida Capitão Mor Gouveia, nº 3005, CEP: 59.060-400, Bairro: Lagoa Nova, Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, em dias úteis (Segunda-Feira a Sexta-Feira), no horário das 07h00min as 13h00min;

5.2. Caberá ao Pregoeiro, juntamente com a equipe de licitação examinar e decidir sobre a pertinência dos pedidos impetrados tempestivamente no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis subsequentes do seu recebimento;

5.2.1. O Pregoeiro poderá solicitar à Coordenadoria Jurídica e ao setor responsável pela elaboração do termo de referência informações que subsidiem sua tomada de decisão;

I - Caso seja deferido o pedido de impugnação contra o presente edital, será designada nova data para realização do certame;

5.3. Os proponentes de Impugnações e/ou Esclarecimentos deverão apresentar toda documentação referente à empresa proponente, bem como de seu representante legal, sob pena de nulidade de seu pedido;

## 6. DO CREDENCIAMENTO DOS INTERESSADOS NO "LICITAÇÕES"

6.1. O credenciamento dos licitantes dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico no endereço [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) devendo este credenciamento ser efetuado antes da data prevista para realização do Pregão junto às Agências do Banco do Brasil S.A;

6.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma Eletrônica;

6.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CEASA/RN responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

## 7. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

7.1. Somente poderão participar desta licitação empresas que apresentem em seu contrato social, atividade econômica compatível com o objeto licitado e que previamente credenciadas no sistema Licitações-E mantido pelo Banco do Brasil;

7.2. A licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório, assumindo exclusivamente e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive, os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da entidade promotora do certame por eventuais danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

7.3. Empresas enquadradas como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), assim definidas pelo art. 3º da Lei complementar 123/06, terão como critério de desempate, preferência de contratação;

7.4. **Para validação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, a licitante deverá apresentar Certidão expedida pela Junta Comercial da sede da licitante, que tenha sido emitida no prazo inferior a 90 (noventa) dias antes de sua apresentação;**

7.5. **Não poderão participar da presente Licitação:**

7.5.1. Aquele que não atenda às condições exigidas neste Edital e seu (s) anexo (s);

7.5.2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade;

7.5.3. Empresa ou instituição vinculada a Administração Pública, será elegível para participar deste processo licitatório;

7.5.4. Pessoa Física ou Jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7.5.5. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto desta licitação;

7.5.6. Sociedade em processo de recuperação judicial/extrajudicial ou de falência e concordata, insolvência civil, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

7.5.7. Sociedade que possuam, entre seus sócios ou dirigentes, servidor ou membro da CEASA/RN;

7.5.8. Sociedades constituídas com o mesmo objeto e da qual participe sócios e/ou administradores de empresas anteriormente declaradas inidôneas, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, desde que a constituição da sociedade tenha ocorrido após a aplicação da referida sanção e no prazo de sua vigência;

7.5.9. Que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação, perante a Administração Pública;

7.5.10. Que possuam registro de ocorrência impeditiva indireta no SICAF, ou em qualquer outro sistema de cadastramento de fornecedores utilizado por órgãos integrantes da administração pública e, cumulativamente, possua objeto social similar, bem como, ao menos um Sócio-Controlador e/ou Sócio-Gerente em comum com fornecedora licitante apenada com as sanções de suspensão e/ou impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

7.5.11. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

7.5.12. Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

7.6. Empresas sob a forma de consórcio, bem como a subcontratação do objeto deste Edital, ficando sob a inteira responsabilidade da licitante contratada o cumprimento de todas as condições contratuais, atendendo aos requisitos técnicos e legais para esta finalidade;

7.7. Empresas estrangeira que não possua autorização para funcionamento no país;

7.8. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrando que não agem representando interesse econômico em comum;

7.9. É vedada a participação de empresa que possua, em seu quadro societário, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros da CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE (CEASA/RN/RN) atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas ou ocupantes de tais cargos ou funções quando da deflagração do presente procedimento licitatório ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento que culminou nesta licitação, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, devendo as empresas licitantes apresentar declaração comprovando o atendimento deste;

7.10. Para a verificação das ocorrências serão obrigatoriamente consultados o Sistema de Cadastramento Unificado e Fornecedores (SICAF), o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União (CGU), Portal da Transparência, o Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);

7.11. É vedada a contratação com empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista, com fundamento no **art. 18, inciso VIII, da Lei nº 13.080, de 2 de Janeiro de 2015 (LDO 2015)**.

7.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP;

## 8. DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. A licitante interessada em participar da presente licitação deverá encaminhar exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital, proposta de preços contendo o objeto ofertado e preço, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública; (**art. 26 do Decreto Federal nº 10.024/2019**);

8.2. O sistema encerrará automaticamente a fase de recebimento de propostas na data e hora estabelecida para abertura das propostas (início da sessão pública); (**§1º do art. 26 do Decreto Federal nº 10.024/2019**);

## 9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. O licitante deverá elaborar sua proposta contendo o VALOR UNITÁRIO E TOTAL para prestação dos serviços expresso em Reais (R\$), já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e despesas decorrentes da execução do objeto, com seus próprios valores;

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam ao licitante;

9.2.1. Quaisquer tributos, encargos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo a execução ser realizada sem ônus adicional à CEASA/RN.

9.3. A simples apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto do contrato nos seus termos;

9.3.1. Caso haja equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, a CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento do objeto deste Pregão;

9.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de **EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DO LICITANTE**, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

9.5. Na preparação de sua proposta comercial, o licitante deverá consignar valores correntes de mercado, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária;

9.6. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso;

9.6.1. Ocorrendo divergência entre os valores unitários e o valores global, prevalecerão os primeiros;

9.6.2. No caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;

9.7. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital e seus anexos, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

9.7.1. A desclassificação das propostas será sempre fundamentada e registrada no sistema, com possibilidade de acompanhamento *online* pelos licitantes;

9.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante;

9.9. A proposta deverá ter prazo mínimo de validade de 60 (sessenta dias) consecutivos, contados da data da apresentação da proposta;

9.10. A licitante vencedora, após convocação do Pregoeiro, deverá encaminhar Proposta de Preços conforme dispõe o Modelo de Proposta de Preços, Anexo IV deste Edital;

9.11. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;

9.12. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil;

9.13. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

9.14. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional;

9.15. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

9.16. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou

condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 10. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A participação no Pregão na forma eletrônica dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento das Propostas de Preços, contendo o valor unitário e total para execução do objeto e a síntese dos serviços objeto da presente licitação, a partir da data da disponibilização do Edital, até o horário limite do início da sessão pública, exclusivamente por meio do sistema eletrônico do sítio [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), sendo expressamente vedada a identificação do proponente nas propostas enviadas.

10.1.1. Na proposta encaminhada eletronicamente, o licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o VALOR TOTAL DO ITEM/LOTE, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e despesas decorrentes da execução do objeto.

10.1.2. **Para comprovação do enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte beneficiada pelas preferências previstas na Lei Complementar nº 123/2006, esta deverá apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial da sede da licitante emitida no prazo inferior a 90 (noventa) dias;**

10.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente enviada por meio eletrônico ao sistema;

10.3. O envio de proposta corresponde à declaração, por parte do Licitante, de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, bem como de que está ciente e concorda com todas as condições dispostas no edital e seus anexos;

10.3.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital, de acordo com a legislação em vigor.

## 11. DA SESSÃO PÚBLICA VIRTUAL

11.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), com a divulgação dos valores das propostas eletrônicas e preparação para início da etapa de lances, sem que sejam identificados os participantes, o que só ocorrerá após o encerramento da fase de lances;

11.2. Após a abertura da sessão pública virtual não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro;

11.3. O sistema disponibilizará campo próprio para comunicação entre pregoeiro e os licitantes, o qual ocorrerá **EXCLUSIVAMENTE** em campo próprio do sistema eletrônico;

11.4. Após abertura da sessão pública, não poderá haver desistência da proposta ou dos lances ofertados, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas neste edital;

11.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

11.6. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda dos negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão;

11.7. O sistema disponibilizará relatórios e ata circunstanciada, que poderão ser impressos pelos participantes;

11.8. Na hipótese de desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública e o sistema permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;

11.8.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no Diário Oficial do Estado;

## 12. DA VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

12.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital; **(art. 28 do Decreto Federal nº 10.024/2019);**

12.1.1. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação de sua proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital;

12.1.2. Não serão aceitas propostas que apresentarem preços simbólicos ou irrisórios;

12.1.3. Não serão aceitas propostas que apresentarem apenas valores unitários;

12.1.4. Serão desclassificadas as propostas que não contiverem a descrição do objeto;

12.2. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes;

12.3. O pregoeiro não poderá desclassificar propostas em decorrência da oferta de valores acima do preço inicialmente orçado pela CEASA/RN na etapa anterior à formulação de lances (Acórdão TCU nº 934/2007-1ª Câmara);

12.4. Somente as propostas que atenderem a todas as exigências do edital e respectivos anexos serão classificadas para a etapa de envio de lances;

12.4.1. Somente as propostas classificadas pelo Pregoeiro participarão da etapa de envio de lances;

12.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro;

### 13. DA ETAPA DE LANCES

- 13.1. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico;
- 13.2. Somente poderão ofertar lances os licitantes que tiverem suas propostas classificadas quanto às especificações do objeto e demais requisitos deste Edital e seus Anexos;
- 13.3. Iniciada a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, o participante será, imediatamente, informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;
- 13.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para a abertura da sessão e as regras de aceitação dos lances estabelecidas neste Edital;
- 13.5. Na fase competitiva, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances de licitantes diferentes não poderá ser inferior a três (3) segundos (Instrução Normativa nº 03/2013-SLTI/MP);
- 13.5.1. Os lances enviados em desacordo com o subitem anterior serão descartados automaticamente pelo sistema (Instrução Normativa nº 03/2011-SLTI/MP).
- 13.5.2. Os lances deverão ser oferecidos para o valor global da proposta, observado o disposto neste Edital, em especial os valores de referência dos itens.
- 13.6. O licitante somente poderá ofertar lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- 13.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 13.8. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 13.9. O não encaminhamento de lance pelo sistema eletrônico, até o encerramento dessa etapa no sistema, implicará na manutenção do último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

### 14. DO MODO DE DISPUTA

- 14.1. O modo de disputa do presente certame será o aberto, conforme artigo 31 do Decreto 10.024/2019;
- 14.1.1. A etapa de lances na sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública;
- 14.1.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item anterior será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários;
- 14.1.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no **caput** e no § 1º do Decreto 10.024/2019, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 14.1.3.1. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto 10.024/2019, mediante justificativa.
- 14.2. O sistema informará a melhor proposta, imediatamente logo após o encerramento da etapa de lances;
- 14.3. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital e seus anexos;
- 14.4. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o pregoeiro procederá com a adjudicação ao licitante vencedor da proposta ou lance de menor valor;

### 15. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 15.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública e ordenadas as propostas na ordem crescente dos preços ofertados e aceitáveis, será aceita a proposta de MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM/LOTE, o Pregoeiro examinará a proposta e da documentação de habilitação do licitante conforme as disposições no presente edital e seus anexos, sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo;
- 15.2. O pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital;
- 15.2.1. A negociação será realizada por meio do “chat” do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais empresas licitantes;
- 15.2.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;
- 15.3. A LICITANTE vencedora terá o prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, para envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação que trata esta cláusula;
- 15.4. Será desclassificada a proposta que:
- 15.4.1. Contiver vícios ou ilegalidades;
- 15.4.2. Não apresentar as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;
- 15.4.3. Apresentar preços que sejam manifestamente inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo

definido para contratação;

15.4.4. Apresentar preço baseado em outras propostas, inclusive com o oferecimento de redução sobre a de menor valor;

15.4.5. Apresentar qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, bem como preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;

15.4.6. Apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração;

15.4.7. Não vier a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e à produtividade apresentada.

I - Considera-se inexecutable a proposta de preços ou menor lance que comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

15.5. As propostas cujos valores sejam inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será considerada inexecutable;

15.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

15.7. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta;

15.8. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato;

15.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

15.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

15.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

15.10. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável o Pregoeiro convocará o próximo licitante, na ordem de classificação, o Pregoeiro verificará sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao estabelecido neste edital;

15.11. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, na forma da cláusula sétima deste edital;

15.11.1. No caso de alguma falha ou inconsistência no preenchimento da proposta, o pregoeiro poderá solicitar ao licitante, por mensagem enviada pelo sistema, que complemente, refaça ou efetue a correção necessária, desde que não haja majoração do preço ofertado, no prazo estabelecido na própria mensagem, sob pena de desclassificação da proposta;

15.11.2. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecutable as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração;

15.12. Encerrada a etapa de lances e aceita a proposta ou, quando for o caso, após efetuar a negociação e obter preço aceitável para o objeto da licitação, o pregoeiro e analisará os documentos de habilitação da licitante melhor classificada e, caso atenda todos os requisitos do edital, anunciará a proposta vencedora;

15.13. A proposta vencedora cujo prazo de validade estiver esgotado poderá ser prorrogada por 60 (sessenta) dias ou prazo superior, desde que haja expressa concordância da empresa.

## 16. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

16.1. A documentação de habilitação em formato digital deverá ser encaminhada **EXCLUSIVAMENTE e CONCOMITANTEMENTE** com o cadastramento da proposta de preços no sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública; (art. 26 do Decreto Federal nº 10.024/2019);

I - A ausência de envio de quaisquer documentos solicitados nesta cláusula até o prazo estipulado importará na desclassificação sumária da licitante proponente;

16.1.1. O não envio dos documentos dos documentos de habilitação até a data de abertura da sessão pública acarretará na desclassificação da licitante;

16.1.2. Caso necessário, os documentos complementares à proposta e à habilitação, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados pelo licitante, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento da etapa de envio de lances, observado o prazo de que trata o §2º do art. 38 do Decreto Federal

nº 10.024/2019, após convocação do pregoeiro;

16.1.3. Caso necessário, o Pregoeiro poderá diligenciar e solicitar que a documentação digital seja remetida em original seja em até 48h (quarenta e oito horas) da solicitação para o endereço: Avenida Capitão Mor Gouveia, nº 3.005, CEP: 59.060-400, Bairro: Lagoa Nova, Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte;

16.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros;

16.3. A empresa também deverá apresentar concomitantemente com os documentos de habilitação, a seguinte documentação:

16.3.1. **Resultado da consulta realizada junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pelo Portal da Transparência;**

16.3.2. **Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade comprovando o nada consta junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.**

16.3.3. **Certidão Negativa de empresas Punidas obtida no CNEP - Portal da Transparência, e**

16.3.4. **Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos, obtida no TCU.**

I - **As certidões referidas acima poderão ser obtidas em consulta consolidada de Pessoa Jurídica no endereço eletrônico a seguir: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.**

16.3.1. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação, convocando sucessivamente os licitantes em ordem classificatória;

16.4. Para fins habilitação, a licitante deverá apresentar, concomitantemente com a proposta cadastrada no sistema, a seguinte documentação:

16.4.1. **Da Habilitação Jurídica;**

16.4.1.1. Cédula de identidade dos representantes legais;

16.4.1.2. No caso de Empresário Individual, apresentar inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da Sede da Licitante;

16.4.1.3. No caso de Microempreendedor Individual - MEI, apresentar Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação de autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

16.4.1.4. No caso de Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, apresentara Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

16.4.1.5. No caso de Sociedade Simples, apresentar inscrição do Ato Constitutivo no Registro de Pessoas Jurídicas do local de sua Sede, acompanhada de prova de indicação dos seus administradores;

16.4.1.6. No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, apresentar Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;

16.4.1.7. No caso de sucursal, filial ou agência, apresentar inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

16.4.1.8. No caso de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no país, Decreto de Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;

16.4.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

16.4.2. **Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

16.4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

16.4.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal relativa à sede e domicílio do licitante, pertinente ao ramo de atividade que exerce e compatível com o objeto desta licitação;

16.4.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio do licitante;

16.4.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio do licitante;

16.4.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio do licitante;

16.4.2.6. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

16.4.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;

16.4.3. **Qualificação Econômico-Financeira**

16.4.3.1. A Qualificação Econômico-Financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, juntando-se, também cópia dos termos de abertura e encerramento do livro diário, já exigíveis e apresentados na forma da lei. Em qualquer das situações, devidamente registrados, comprovando:

I - O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, além dos índices e notas explicativas deverão esta assinada por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

II - É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou A contrato social/estatuto social.

III - A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LIQUIDEZ GERAL} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}$$

$$\text{SOLVÊNCIA GERAL} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}$$

$$\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}$$

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}$$

$$\text{PASSIVO CIRCULANTE}$$

IV - LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total Passivo Circulante + Passivo Não Circulante LC = Ativo Circulante Passivo Circulante

16.4.3.2. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

a) Certidão Negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

b) Declaração, sob as penas da lei, de que atenda os requisitos legais para a respectiva qualificação estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos termos da Lei Complementar Estadual de nº 675, de 06 de novembro de 2020.

#### 16.4.4. **Da Qualificação Técnica:**

16.4.4.1. **Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT)** emitida e autenticada pelo CREA ou CAU, em nome dos responsáveis técnicos indicados pela execução dos serviços de manutenção predial e demais serviços de natureza comum, na qual fique comprovada que ele tenha prestado serviços em quantidade e qualidade compatíveis com o objeto deste Termo;

I - A documentação que comprova os vínculos da CONTRATADA com os profissionais indicados poderá ser efetuada por: Contrato Social, se sócio, ou Carteira de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviço ou Ficha de Registro de Empregado ou Certidão de registro da licitante no CREA ou CAU, se nela constar o nome dos profissionais indicados;

a) Deverá ser apresentada a Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física em nome do Responsável Técnico em plena validade, acompanhada de documento de identificação;

#### 16.4.5. **Da Qualificação Técnica Operacional:**

16.4.5.1. Atestado ou certidão de comprovação de desempenho anterior de atividade compatível com o objeto do certame em nome da Licitante;

16.4.5.2. Comprovação de aptidão da licitante para desempenho das atividades mediante apresentação de atestado de capacidade técnica em nome da licitante, fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, que individualmente somados, comprovem a execução do referido objeto;

16.4.5.3. **Certidão de Registro de Pessoa Jurídica**, expedido pelo CREA ou CAU, competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove ramo de atividade (modalidades de atuação) relacionada ao objeto licitado. A licitante deverá apresentar certidão de registro de responsável técnico de 01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto.

I - Se esta Certidão for emitida via internet, a aceitação dependerá da possibilidade de verificação de sua autenticidade pelo mesmo meio (internet).

II - A adjudicatária que for convocada para firmar o contrato e tiver registro em CREA diverso ao do Estado do Rio Grande do Norte deverá, obrigatoriamente, visar esse documento no CREA/RN;

16.4.5.4. **Declaração da licitante de que examinou este Termo de Referência em sua integralidade**, incluindo planilhas e as especificações, conhece todos os aspectos peculiares à execução dos serviços, efetuou todas as interpretações, deduções e conclusões para definição do seu custo de execução, de maneira que qualquer eventual falha da sua parte não a isentará das obrigações assumidas, independentemente de suas dificuldades;

I - Havendo interesse, a empresa licitante poderá realizar vistoria conforme procedimento previsto no termo de referência;

II - **Declaração expressa de que a licitante possui capacidade operacional** compatível com os serviços pretendidos, particularmente no que diz respeito à disponibilidade de aparelhamento, próprio ou de terceiros, instalações e pessoal de apoio técnico;

III - **Declaração de que os profissionais apontados como responsáveis técnicos da**

**licitante**, no momento da licitação, farão o acompanhamento dos serviços, comparecendo frequentemente ao local e quando da vistoria realizada pelos fiscais contratantes.

**16.4.6. As empresas licitantes deverão apresentar as seguintes declarações:**

- 16.4.6.1. Ciência e de pleno acordo com as cláusulas contratuais previstas na minuta do contrato;
- 16.4.6.2. Inexistência de fato superveniente impeditivo de participação na presente licitação;
- 16.4.6.3. Cumprimento de idoneidade;
- 16.4.6.4. Não ter em seu quadro de pessoa atuando em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, cumprindo estritamente o previsto no inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal;
- 16.4.6.5. Não possuir em seu quadro de funcionários, colaborador com parentesco ou qualquer laço consanguíneo, até 3º grau, com qualquer colaborador da CEASA/RN;
- 16.4.6.6. Elaboração de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009;
- 16.4.6.7. Não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, de acordo com os incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 16.4.6.8. Cumprimento de reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitado da previdência social;
- 16.4.6.9. Cumprimento da reserva de cargos para travestis e transexuais, conforme determina a Lei nº 11.587, de 08 de novembro de 2023;
- 16.4.6.10. Cumprimento da reserva de cargos para aprendizes e pessoas com deficiência, conforme determina a Lei nº 10.783, de 22 de outubro de 2020;
- 16.4.6.11. Cumprimento do disposto no Decreto Estadual de nº 10.783, de 22 de outubro de 2020 que contratará internos ou egressos do sistema prisional;

**16.5. Disposições Gerais da Habilitação:**

- 16.5.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a CEASA/RN aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;
- 16.5.2. Os documentos necessários à habilitação serão encaminhados exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com a proposta cadastrada no sistema "Licitações-E";
- 16.5.3. Mesmo havendo qualquer pendência quanto a regularidade fiscal e trabalhista, as licitantes enquadradas como microempresa e empresa de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;
  - 16.5.3.1. Em caso de pendência relativa à regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, iniciando-se a partir da convocação do Pregoeiro. O prazo previsto neste subitem poderá ser prorrogado por igual período, caso seja requerido pelo licitante tempestivamente e aprovado pelo Pregoeiro;
    - I - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que não regularizarem a documentação no prazo previsto no subitem anterior decairão seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da CEASA/RN/RN, podendo a administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação;
  - 16.5.3.2. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome do licitante com o número do CNPJ e o respectivo endereço;
  - 16.5.3.3. **Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;**
  - 16.5.3.4. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições;
- 16.5.4. Não será aceito protocolo de entrega ou solicitação de documentos para cumprimento de exigências deste Edital e seus Anexos;
- 16.5.5. O pregoeiro e a equipe de apoio poderão obter certidões nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras, constituindo-se em meio legal de prova;
- 16.5.6. O pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;
- 16.5.7. Se a documentação de habilitação estiver incompleta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o licitante inabilitado e poderá instruir o processo com vistas à aplicação das penalidades cabíveis e convocará o licitante classificado em seguida.
- 16.5.8. Será consultado o Portal do CNJ e Portal da Transparência para verificação de possíveis condenações cíveis por ato de improbidade administrativa impeditivas da participação no certame ;
- 16.5.9. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias será declarado o proponente vencedor.

**17. DOS RECURSOS**

- 17.1. Após a declaração do vencedor, o Pregoeiro abrirá o prazo de 10 (dez) minutos, ou outro superior, manifestar, de forma motivada, sua intenção de recorrer, clicando em "recurso" na plataforma "Licitações-E" do Banco do Brasil;
  - 17.1.1. O pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada pelos licitantes com relação

aos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), abstendo-se de analisar, de antemão, o mérito dos recursos, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

17.1.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada de interpor recurso, por parte do licitante, importará a decadência do direito de recorrer e o pregoeiro encerrará a sessão, procedendo a adjudicação do objeto ao licitante declarado vencedor, conforme §3º do artigo 44 do Decreto nº 10.024/2019.

17.2. O recorrente que tiver sua intenção de recorrer deverá apresentar suas razões de recurso, no prazo de 03 (três) dias, conforme §2º do artigo 44 do Decreto nº 10.024/2019.

17.3. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses conforme §2º do artigo 44 do Decreto nº 10.024/2019;

17.4. O encaminhamento do registro de recurso, bem como das contrarrazões de recurso, será possível somente por meio eletrônico no sistema provedor do certame;

17.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento conforme §4º do artigo 44 do Decreto nº 10.024/2019;

## 18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1. A adjudicação em favor da licitante vencedora será feita pelo Diretor Presidente, após a análise e aprovação dos documentos;

18.1.1. Não havendo interposição de recursos, o pregoeiro encerrará a sessão e fará a adjudicação do objeto do certame, pelo sistema eletrônico do Pregão. Posteriormente, o resultado da licitação e o correspondente processo, devidamente instruído e acompanhado do relatório do pregoeiro, serão submetidos à consideração da autoridade competente para fins de adjudicação e homologação.

## 19. DAS CONTRATAÇÕES

19.1. Para a pretendida contratação, deverão ser observados os trâmites a seguir descritos:

19.2. Após a homologação do resultado da licitação, a CEASA providenciará a elaboração do instrumento contratual ou equivalente por meio de modelo disponível no SEI, compatível com a respectiva minuta que consta como anexo ao presente edital, que deverá ser assinada na forma do Estatuto Social da CEASA pelos Diretores Presidente e Financeiro;

19.3. Uma vez cumprida a etapa descrita no item anterior, a CEASA convocará o licitante vencedor através do e-mail indicado no formulário que consta no ANEXO V, para, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** contados a partir do recebimento do referido e-mail, realizar cadastro de usuário externo no SEI e assinar o instrumento equivalente, sob pena de decair o direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

19.4. A contratação formalizar-se-á mediante a assinatura eletrônica de instrumento particular, observadas as cláusulas e condições deste Edital e da proposta vencedora, conforme a minuta do Contrato que integra este Edital (Anexo II);

19.5. Concluído o procedimento licitatório, será o licitante vencedor notificado, por escrito, para assinatura eletrônica do termo de Contrato, do qual farão parte integrante, ainda que não transcritas total ou parcialmente no referido instrumento, as condições estabelecidas neste Edital, a proposta da empresa vencedora e todos os elementos técnicos que serviram de base à licitação;

19.6. A assinatura eletrônica do Contrato pela adjudicatária dar-se-á por meio de sistema de processo administrativo eletrônico da CEASA/RN e no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de sua convocação pela CEASA/RN;

19.7. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, por escrito, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CEASA/RN;

19.8. É de responsabilidade do licitante vencedor proceder com seu cadastro como usuário externo no mencionado sistema de processo administrativo eletrônico da CEASA/RN, conforme suas normas próprias, em tempo hábil para a assinatura do contrato no prazo estabelecido, acessando a opção "Clique aqui se você ainda não está cadastrado" na página de Acesso Externo do link a seguir: [http://localhost/sei/controlador\\_externo.phpacao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://localhost/sei/controlador_externo.phpacao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0)

19.9. Caso o licitante vencedor não tenha procedido o mencionado cadastro como usuário externo ou não tenha assinado eletronicamente o contrato no referido sistema, poderá ser convocado outro licitante, respeitada a ordem de classificação;

19.10. A assinatura do Contrato ficará vinculada à manutenção das condições da habilitação, à plena regularidade fiscal e trabalhista da empresa vencedora e à inexistência de registro perante o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF) que caracterize impedimento à contratação com a CEASA/RN, sendo aplicáveis as penalidades definidas neste edital;

19.11. É vedada a contratação de empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública, ou sociedade de economia mista, com fundamento no art. 18, inciso VIII, da [Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015](#) (LDO 2015);

19.12. Se o licitante vencedor não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital, ou recusar-se, injustificadamente, a assinar eletronicamente o termo de Contrato no prazo estabelecido, poderá ser convocado outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o Contrato, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital e no Contrato e das demais cominações legais;

19.13. Previamente à emissão da nota de empenho e à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF, CEIS, CNJ e Lista dos Inidôneos do TCU, para identificar possível proibição de contratar com o poder público;

19.14. A recusa injustificada do licitante convocado em assinar o contrato dentro do prazo de validade de sua proposta caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ficará sujeito às sanções previstas neste edital e demais cominações legais;

19.15. Decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias da data de apresentação das propostas, sem a devida comunicação para a contratação, fica o (s) licitante (s) vencedor (es) liberados dos compromissos assumidos.

19.16. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital ou não mantiver a proposta, garantido o direito à ampla defesa, responderá a processo administrativo e poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e de contratação, realizada a negociação, assinar o contrato.

19.17. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação e/ou condições de contratação consignadas neste Edital e no Termo de Referência, as quais deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência do contrato.

19.18. No momento da assinatura do contrato, será exigida a demonstração de regularidade fiscal, trabalhista e profissional técnico, a qual deverá ser mantida durante a execução dos serviços de acordo com o estabelecido no rol abaixo:

a) prova de inscrição no CNPJ ou CPF, conforme o caso;

b) prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

c) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

d) prova de regularidade relativa a débitos trabalhistas, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

e) prova de regularidade com a Fazenda Pública Estadual, da sede ou domicílio da licitante, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual;

f) comprovação de que possui em seu quadro permanente, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo Conselho competente que atenda às exigências de qualificação técnico-profissional, mediante CTPS/registo funcional, documento que demonstre seu quadro societário ou contrato de prestação de serviços (no caso de declaração futura de contratação, conforme admitido no subitem 13.2.3.3).

19.19. Será também exigida, como requisito de contratação a Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, a saber:

19.20. Na hipótese de o convocado recusar-se a assinar, não observar os prazos e/ou condições para assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos, a CEASA deverá instaurar processo administrativo punitivo e poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pela licitante vencedora, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o instrumento convocatório.

19.21. É facultado à CEASA, se a licitante vencedora, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, revogar a licitação.

19.22. A empresa CONTRATADA deverá possuir CNAE específico (principal e/ou secundário, se for o caso) para as atividades objeto do contrato, conforme identificação do setor contábil desta CEASA sob pena de configurar-se hipótese de descumprimento da das condições de habilitação.

## 20. DA ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

20.1. A CEASA/RN poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado na forma da legislação em vigor.

## 21. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

21.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

21.1.1. nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

21.1.2. quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

21.2. Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

21.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

21.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da licitante manter seus

## 22. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ARP

22.1. A contratação formalizar-se-á mediante a assinatura eletrônica de instrumento particular, observadas as cláusulas e condições deste Edital e da proposta vencedora, conforme a minuta do Contrato que integra este Edital (Anexo II);

22.2. Concluído o procedimento licitatório, será o licitante vencedor notificado, por escrito, para assinatura eletrônica do termo de Contrato, do qual farão parte integrante, ainda que não transcritas total ou parcialmente no referido instrumento, as condições estabelecidas neste Edital, a proposta da empresa vencedora e todos os elementos técnicos que serviram de base à licitação;

22.3. A assinatura eletrônica do Contrato pela adjudicatária dar-se-á por meio de sistema de processo administrativo eletrônico da CEASA/RN e no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de sua convocação pela CEASA/RN;

22.3.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, por escrito, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CEASA/RN;

22.3.2. É de responsabilidade do licitante vencedor proceder com seu cadastro como usuário externo no mencionado sistema de processo administrativo eletrônico da CEASA/RN, conforme suas normas próprias, em tempo hábil para a assinatura do contrato no prazo estabelecido, acessando a opção "Clique aqui se você ainda não está cadastrado" na página de Acesso Externo do link a seguir: [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_enviar\\_cadastro&acao\\_origem=usuario\\_externo\\_avisar\\_cadastro&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_enviar_cadastro&acao_origem=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0)

22.3.3. Caso o licitante vencedor não tenha procedido o mencionado cadastro como usuário externo ou não tenha assinado eletronicamente o contrato no referido sistema, poderá ser convocado outro licitante, respeitada a ordem de classificação;

22.4. A assinatura do Contrato ficará vinculada à manutenção das condições da habilitação, à plena regularidade fiscal e trabalhista da empresa vencedora e à inexistência de registro perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) que caracterize impedimento à contratação com a CEASA/RN, sendo aplicáveis as penalidades definidas neste edital;

22.4.1. É vedada a contratação de empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública, ou sociedade de economia mista, com fundamento no art. 18, inciso VIII, da [Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015](#) (LDO 2015);

22.5. Se o licitante vencedor não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital, ou recusar-se, injustificadamente, a assinar eletronicamente o termo de Contrato no prazo estabelecido, poderá ser convocado outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o Contrato, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital e no Contrato e das demais cominações legais;

22.6. Previamente à emissão da nota de empenho e à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF, CEIS, CNJ e Lista dos Inidôneos do TCU, para identificar possível proibição de contratar com o poder público;

22.7. A recusa injustificada do licitante convocado em assinar o contrato dentro do prazo de validade de sua proposta caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ficará sujeito às sanções previstas neste edital e demais cominações legais;

22.8. Decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias da data de apresentação das propostas, sem a devida comunicação para a contratação, fica o (s) licitante (s) vencedor (es) liberados dos compromissos assumidos.

## **23. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

23.1. O prazo de vigência será de acordo com o Anexo II deste Edital.

## **24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

24.1. Os critérios referentes às obrigações da contratada estão previstos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, bem como na Minuta de Contrato, Anexo III.

## **25. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

25.1. Os critérios referentes às obrigações da contratante estão previstos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, bem como na Minuta de Contrato, Anexo III.

## **26. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

26.1. Os critérios referentes ao acompanhamento e a fiscalização estão previstos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, bem como na Minuta de Contrato, Anexo III.

## **27. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

27.1. A dotação orçamentária para cobertura das despesas relativas à este certame será a seguinte:

## **28. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

28.1. Os critérios referentes à liquidação e ao pagamento estão previstos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, bem como na Minuta de Contrato, Anexo III.

## **29. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

29.1. Os critérios referentes à alteração contratual estão previstos na Minuta de Contrato, Anexo III deste Edital.

## **30. DAS PENALIDADES**

30.1. Os critérios referentes às penalidades sobre a execução contratual estão previstos na minuta do contrato, Anexo III deste Edital.

### **31. DA RESCISÃO**

31.1. Os critérios referentes à rescisão contratual estão previstos na minuta do contrato, Anexo III deste Edital.

### **32. DAS SANÇÕES DECORRENTES DA LICITAÇÃO**

32.1. Com fundamento no artigo 49 do Decreto 10.024/2019, ficará impedido de licitar e contratar com a CEASA/RN e sujeito as sanções previstas no RILC-CEASA/RN, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantindo o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta:

- I - não assinar o Contrato no prazo definido neste Edital, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- II - deixar de entregar documentação exigida neste Edital;
- III - apresentar documentação falsa;
- IV - não mantiver a proposta;
- V - comportar-se de modo inidôneo;
- VI - fizer declaração falsa; ou
- VII - cometer fraude fiscal.

32.2. No processo de aplicação de penalidades será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

32.3. As penalidades pela negligência na execução ou descumprimento de cláusulas contratuais estão previstas na minuta do respectivo instrumento, que se constitui no Anexo III deste edital;

32.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes atos ilícitos alcançados pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

### **33. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

33.1. A simples participação na presente licitação implica na concordância em pleno e total conhecimento das condições dos locais onde serão executados os objetos, bem como do Edital e seus Anexos, necessários ao perfeito cumprimento da execução do contrato

33.2. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente na CEASA/RN;

33.3. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

33.4. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições da legislação vigente e pertinente à matéria.

33.5. Os casos omissão serão resolvidos pelo PREGOEIRO, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002, subsidiada pela Lei Federal nº 13.303/2016, concomitantemente ao Regulamento de Licitações e Contratos da CEASA/RN e pelo Decreto Estadual nº 20.103/2007 e suas alterações, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito;

33.6. O licitante vencedor, em decorrência de aumento ou diminuição quantitativa do objeto licitado, e obedecendo-se as condições inicialmente previstas no Contrato, ficará obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na execução dos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

33.7. Fica facultada, entretanto, a supressão além do limite acima estabelecido, mediante consenso entre os contratantes.

33.8. Facultada ao PREGOEIRO ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública;

33.9. Fica assegurado à CONTRATANTE o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

33.10. Qualquer modificação no presente EDITAL será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta;

33.11. As LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a CONTRATANTE não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independente da condução ou resultado do processo licitatório;

33.12. As LICITANTES são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

33.13. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo PREGOEIRO;

33.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste EDITAL e seus anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da CONTRATANTE;

33.15. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do LICITANTE, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do Pregão;

33.16. Em caso de divergência entre as especificações do objeto inseridas no sistema promovedor e as deste

EDITAL e seus anexos, prevalecerão nestes últimos;

33.17. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas, ou interpretações do presente edital e seus anexos serão encaminhados, ao PREGOEIRO, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data da abertura da sessão pública, preferencialmente por meio eletrônico, para o endereço [cplceasarn@gmail.com](mailto:cplceasarn@gmail.com);

33.18. A adjudicação ao licitante vencedor e a homologação desta licitação pela autoridade competente não implicam direito à contratação.

33.19. É vedado à empresa CONTRATADA caucionar ou utilizar o contrato objeto da presente licitação para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CEASA/RN.

33.20. Este edital será disponibilizado a qualquer interessado no site [www.ceasa/rn.rn.gov.br](http://www.ceasa/rn.rn.gov.br), no site, e ainda no sistema provedor do certame [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br);

33.21. A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Administração, cujas reclamações estrará obrigada a atender prontamente.

33.22. Caso seja necessária qualquer alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão na forma Eletrônica, este será novamente divulgado pelos mesmos meios que o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

33.23. As licitantes após a publicação oficial deste edital ficarão responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso aos sítios mencionados neste termo, das eventuais republicações e/ou retificações de edital, respostas e questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública;

33.24. Os interessados poderão obter o Manual para operação do sistema de Pregão na forma Eletrônica no seguinte endereço: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

#### 34. DO FORO

34.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Natal, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente edital e seus anexos, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

**NATAL/RN, na data da assinatura eletrônica.**

**Nilton William de Oliveira**  
**Pregoeiro - CEASA/RN**



Documento assinado eletronicamente por **NILTON WILLIAM DE OLIVEIRA, Pregoeiro**, em 27/04/2026, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **40919631** e o código CRC **CC5E7A85**.



CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO RN SA  
Av. Cap. Mor Gouveia, - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59060-400  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - http://ceasa.rn.gov.br

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 03110019.001448/2024-31

### 1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para execução dos serviços de manutenção predial, compreendendo à Cobertura do Prédio, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias, Combate à Incêndio, Revestimento e Pintura e Pavimentação do Prédio do Programa Cesta Solidária, conforme descrito neste termo de referência e nos documentos em anexo (Planilha de Orçamento Básico, Memória de Cálculo, Cronograma Físico-Financeiro, Planilha de Composições Analíticas, Planilha de Composição do BDI e Relatório Fotográfico).

### 2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação de uma empresa especializada nos serviços de manutenção predial em atendimento à necessidade de manutenção das instalações do Prédio do Programa Cesta Solidária conforme os preceitos legais previstos na Lei 13.303/2016 e em conformidade com as normas de segurança sanitária.

O Programa Cesta Solidária desempenha um papel crucial na triagem, manuseio e armazenamento de hortifrutis doados por nossos permissionários. A preservação da qualidade dos produtos, bem como a segurança dos trabalhadores envolvidos nas atividades, demanda a realização de serviços de manutenção que garantam as melhores condições de operação do equipamento.

Considerando as características do espaço, é imperativo que a empresa a ser contratada possua experiência comprovada em manutenção predial, conforme descrito neste termo de referência.

Diante do exposto, a contratação de uma empresa especializada não apenas atende às exigências legais e normativas, mas é também uma medida estratégica para garantir a continuidade das operações do Programa Cesta Solidária, promovendo a segurança alimentar e a eficiência nos serviços prestados à comunidade.

Reiteramos a importância da presente contratação para assegurar que as adequações estruturais sejam realizadas de forma técnica, eficiente e dentro dos padrões legais, garantindo a continuidade das operações da CEASA em condições seguras e sanitariamente adequadas nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais

### 3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

#### 3.1. Da classificação dos serviços:

3.1.1. Os serviços objeto deste termo de referência são considerados comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos neste termo de referência e seus anexos, por meio de especificações usuais do mercado, independentemente de sua complexidade, nos termos da Lei nº 13.303/2016.

#### 3.2. Do critério de julgamento das propostas:

3.2.1. Para julgamento das propostas, deverá ser adotado o critério de julgamento o de MENOR PREÇO COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO aplicado à Planilha de Orçamento Básico (29932240), desde que atendidos os parâmetros mínimos de qualidade estabelecidos neste termo de referência e seus anexos;

I - O percentual de desconto apurado a partir da proposta da licitante vencedora incidirá uniformemente sobre os preços unitários de quaisquer serviços ou insumos presentes nas tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, referente ao estado do Rio Grande do Norte, obtido durante a disputa entre os fornecedores participantes do certame licitatório, conforme condições previstas neste instrumento;

II - O menor preço obtido com a aplicação do percentual de desconto, deverá contemplar todos os impostos, taxas, encargos sociais, e fiscais, bem como, quaisquer outras despesas relativas ao fornecimento ou a prestação do serviço, inclusive incidência de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI);

III - Em consonância com o Acórdão TCU, n 2622/2013 - Plenário, a composição e definição dos índices de BDI a serem utilizados nessa licitação, deverão obedecer o percentual máximo de 25% para serviços e 16,80% para aquisição de itens de mero fornecimento de materiais e equipamentos, conforme ANEXO I deste Termo de Referência.

### 4. DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DETALHADA

4.1. Após a divulgação da convocação, os interessados deverão apresentar sua proposta de preços descrevendo o serviço ofertado, os valores unitários e totais em reais, com duas casas decimais, sob pena de desclassificação de sua proposta, até a data e hora marcadas como limite para o envio da proposta;

4.2. As empresas interessadas deverão considerar, quando convocado para anexar sua proposta de preços no sistema, o seguinte:

4.2.1. Carta de apresentação da PROPOSTA DE PREÇOS, assinada, obrigatoriamente, pelo representante legal

da licitante, com preço global em Real e por extenso, para os serviços, prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de divulgação da convocação dos interessados. Deve conter também o nome do Banco, o código da agência e o número da conta corrente da empresa, para efeito de pagamento.

4.2.2. Em sua proposta, as empresas interessadas deverão apresentar a composição dos preços unitários de todos os itens que compõem a Planilha de Orçamento Básico (29944949), observando obrigatoriamente a composição dos preços unitários utilizados no orçamento de referência.

I - Composição analítica de BDI e Encargos Sociais adotados na proposta, com indicação da legislação vigente e aplicável, para efeito de conferência e aceitação. Deverá ser observada a Lei Federal nº 13.161/2015, sob pena de desclassificação da proposta. No demais, o não atendimento deste requisito autoriza a Comissão Permanente de Licitações - CPL a praticar, se entender necessário, o recálculo da proposta, objetivando apurar o preço real ofertado.

II - Os licitantes deverão se manifestar EXPRESSAMENTE quanto à opção COM DESONERAÇÃO ou SEM DESONERAÇÃO, e, ainda, que tal opção será necessariamente mantida, quando do cadastramento do CEI da obra/empreendimento, se for o caso.

III - Caso a empresa vencedora opte por forma de desoneração da folha de pagamento diferente da utilizada pela CEASA, ou mesmo se houver modificação da opção manifestada quando da elaboração de sua proposta, não haverá direito a reequilíbrio econômico-financeiro na hipótese de desequilíbrio decorrente da mudança na desoneração da folha de pagamento.

4.2.3. É de inteira responsabilidade da licitante, obter, junto aos órgãos competentes, informações sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas para o serviço, objeto deste termo de referência, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.

4.2.4. As propostas deverão conter todas as especificações e todos os elementos inerentes ao serviço que o identifique claramente, com base no detalhamento estabelecido na planilha de Orçamento Básico, **Anexo I** deste Edital, segundo os quais a licitante se propõe a executar os serviços pelo preço apresentado.

4.2.5. Na elaboração da proposta de preços, o licitante deverá observar, ainda, as seguintes condições:

4.2.5.1. Os preços unitários propostos para cada item constante da planilha de orçamento básico deverão incluir todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução dos serviços, inclusive despesas com materiais e/ou equipamentos, ferramentas, fretes, transportes, carga, descarga, armazenagem, vigilância logística, manutenção, conservação, instalação, supervisão, gerenciamento, operação, processamento, tratamento, combustíveis, despesas junto a concessionárias de serviços públicos (água, esgoto, energia, gás, telefone), mão de obra especializada ou não, seguros em geral, garantias, encargos financeiros, riscos, encargos trabalhistas, previdenciária e responsabilidade civil por danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de tributos, taxas, emolumentos, multas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total dos serviços, bem como o lucro, conforme especificações constantes no edital, sem que caiba, em qualquer caso, qualquer tipo de pleito ao CONTRATANTE com a alegação de que alguma parcela de custo foi omitida;

4.2.6. Prazo de execução dos serviços.

4.2.7. A apresentação da(s) proposta(s) implicará a plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste termo de referência e seus Anexos.

4.2.8. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no site da CEASA, no e-mail cadastrado junto à CEASA/RN, bem como no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 5.1. Da habilitação jurídica:

5.1.1. Cédula de identidade dos representantes legais;

5.1.2. No caso de Empresário Individual, apresentar inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da Sede da Licitante;

5.1.3. No caso de Microempreendedor Individual - MEI, apresentar Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação de autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

5.1.4. No caso de Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, apresentara Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

5.1.5. No caso de Sociedade Simples, apresentar inscrição do Ato Constitutivo no Registro de Pessoas Jurídicas do local de sua Sede, acompanhada de prova de indicação dos seus administradores;

5.1.6. No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, apresentar Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;

5.1.7. No caso de sucursal, filial ou agência, apresentar inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

5.1.8. No caso de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no país, Decreto de Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;

5.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 5.2. Da regularidade fiscal e trabalhista:

5.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

5.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal relativa à sede e domicílio do licitante, pertinente ao ramo de atividade que exerce e compatível com o objeto desta licitação;

5.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio do licitante;

5.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

5.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;

### 5.3. **Da qualificação técnica:**

5.4. **Certidão de Registro de Pessoa Jurídica**, expedido pelo CREA, competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove ramo de atividade (modalidades de atuação) relacionada ao objeto licitado. A licitante deverá apresentar certidão de registro de responsável técnico de 01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto.

a) Se esta Certidão for emitida via internet, a aceitação dependerá da possibilidade de verificação de sua autenticidade pelo mesmo meio (internet).

b) A adjudicatária que for convocada para firmar o contrato e tiver registro em CREA diverso ao do Estado do Rio Grande do Norte deverá, obrigatoriamente, visar esse documento no CREA/RN;

5.4.1. **Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT)** emitida e autenticada pelo CREA, em nome dos responsáveis técnicos indicados pela execução dos serviços de manutenção predial de maior relevância do descrito na Planilha de Orçã

5.4.2. **Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA do Responsável Técnico com qualificação na área de Engenharia Civil;**

5.4.2.1. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor deste termo de referência;

5.4.3. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome dos responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica que participarão dos serviços, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART relativo à execução dos serviços;

5.4.4. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

I - Não será(ão) aceito(s) atestado(s) ou certidão(ões), fornecidos pelo mesmo grupo empresarial do licitante;

5.4.5. **Declaração expressa de que a licitante possui capacidade operacional** compatível com os serviços pretendidos, particularmente no que diz respeito à disponibilidade de aparelhamento, próprio ou de terceiros, instalações e pessoal de apoio técnico;

5.4.6. **Declaração de que os profissionais apontados como responsáveis técnicos da licitante**, no momento da licitação, farão o acompanhamento dos serviços, comparecendo frequentemente ao local e quando da vistoria realizada pelos fiscais contratantes.

### 5.5. **Qualificação Econômico-Financeira:**

5.5.1. Certidão Negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

### 5.6. **Demais documentos:**

5.7. Declaração da licitante de que examinou este Termo de Referência em sua integralidade, incluindo planilhas e as especificações, conhece todos os aspectos peculiares à execução dos serviços, efetuou todas as interpretações, deduções e conclusões para definição do seu custo de execução, de maneira que qualquer eventual falha da sua parte não a isentará das obrigações assumidas, independentemente de suas dificuldades;

5.8. Declaração que inexistente fato superveniente impeditivo de sua contratação;

5.9. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoa atuando em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, cumprindo estritamente o previsto no inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal;

5.10. Declaração expressa de que não há em seu quadro de funcionários, colaborador com parentesco ou qualquer laço consanguíneo, até 3º grau, com qualquer colaborador da CEASA/RN ou membro do Governo Estado do Rio Grande do Norte;

5.11. Declaração que proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009;

5.12. Declaração expressa de que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, de acordo com os incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

## 6. **DA REALIZAÇÃO DE VISTORIA**

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 12:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail: **adm.ceasa@gmail.com**;

6.2. O prazo para vistoria será de no mínimo 03 (três) dias úteis à contar da data de convocação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte;

6.3. Para a vistoria a empresa interessada, através de seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a empresa vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes;

6.5. A empresa que realizar a vistoria deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, nos termos do Edital;

## 7. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7.1. A execução dos serviços será iniciada a partir da data de emissão da ordem de início dos serviços e terá duração de 120 (cento e vinte) dias, conforme o Cronograma Físico Financeiro (29945133), contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço;

## 8. **REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

8.1. Os preços ofertados e contratados, referentes ao objeto do contrato serão fixos e irrevogáveis, na forma prevista na legislação vigente.

## 9. **DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

9.1. A fiscalização do fornecimento dos materiais será realizada por empregado público devidamente designado pelo Diretor Presidente da CEASA/RN por meio de portaria;

9.2. A fiscalização consistem na verificação da conformidade da sua execução e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do pactuado, devendo ser exercido pelo fiscal do contrato, os quais serão designados pelo autoridade competente por meio de portaria, cabendo ao responsável legal ou preposto da contratada o acompanhamento dessas atividades; **(art. 105 do RILC-CEASA)**

9.3. A Contratada deverá designar e indicar representante legal ou seu preposto, que a representará e se responsabilizará por todos os aspectos técnicos e legais, devendo efetuar o acompanhamento contínuo e periódico da execução do objeto;

### 9.4. **Compete ao Fiscal designado pela CEASA/RN, dentre outras:**

I - provocar a instauração de processo administrativo com o objetivo de apurar responsabilidade ou prejuízo resultante de erro ou vício na execução do objeto ou de promover alteração contratual, especialmente no caso de solução adotada em projeto inadequado, desatualizado tecnologicamente ou inapropriado ao local específico;

II - identificar a necessidade de modificar ou adequar a forma de execução do objeto contratado;

III - atestar a plena execução do objeto contratado;

IV - tomar as medidas necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas avençadas neste termo;

V - anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

### 9.5. **Compete ao representante ou preposto da Contratada:**

I - zelar pela manutenção, durante todo o período de execução do objeto, das condições estabelecidas no Instrumento Convocatório;

II - zelar pela execução ou fornecimento do objeto contratual em conformidade com as normas técnicas vigentes e manuais da CEASA/RN;

III - zelar pela plena, total e perfeita execução do objeto contratado.

IV - **A fiscalização de que trata estas cláusulas não reduz nem exclui a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CEASA/RN ou de seus agentes, gestores e fiscais.**

9.6. O pagamento será devidamente efetuado após o "atesto" pelo fiscal designado, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação ao objeto efetivamente entregue.

## 10. **VIGÊNCIA CONTRATUAL**

10.1. O prazo de vigência será de 120 (cento e vinte) dias, a contar de XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX, podendo ser prorrogado até o limite previsto no RILC-CEASA;

## 11. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto do presente termo de referência.

## 12. **DA GARANTIA CONTRATUAL**

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução dos serviços objeto deste contrato.

### 13. OBRIGAÇÃO DAS PARTES

#### 13.1. Obrigação da Contratante:

13.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.1.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

13.1.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

13.1.5. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

13.1.5.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;

13.1.5.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;

13.1.5.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação;

13.1.5.4. considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

13.1.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do deste termo de referência;

13.1.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

13.1.8. Exigir da CONTRATADA que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

13.1.9. A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

#### 13.2. Obrigação da Contratada:

13.2.1. Executar o contrato conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

13.2.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.2.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

13.2.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

13.2.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

13.2.7. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

13.2.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços;

13.2.9. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

13.2.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

13.2.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

13.2.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

13.2.13. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

13.2.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.2.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.2.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;

13.2.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.2.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação;

13.2.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

13.2.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

13.2.21. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

13.2.22. Manter os empregados nos horários predeterminados pela CONTRATANTE;

13.2.23. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

13.2.24. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

13.2.25. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

13.2.26. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

13.2.27. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;

13.2.28. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

13.2.29. Providenciar junto ao CREA as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

13.2.30. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

13.2.31. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

13.2.32. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

13.2.33. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

13.2.34. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

13.2.35. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

a) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

b) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

c) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente

viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

d) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

13.2.36. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

13.2.37. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

13.2.38. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

13.2.38.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

13.2.38.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

13.2.38.3. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

13.2.38.4. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

13.2.38.5. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

13.2.39. Reconhecer sua responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

13.2.40. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela CONTRATADA, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato;

13.2.41. Aceitar, em caso de descumprimento da obrigação acima, a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, aceitar que contratante efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;

13.2.42. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

#### 14. DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão resolvidos pelo Regulamento de Licitações da CEASA/RN, Lei 13.303/2016 e legislação correlata;

#### 15. ANEXOS

15.1. ANEXO I - Planilha de Orçamento Básico (30064316)

15.2. ANEXO II - Planilha de Orçamento Analítico (30064354)

15.3. ANEXO III - Composição do BDI (30064374);

15.4. ANEXO IV - Memória de Cálculo (30064388);

15.5. ANEXO V - Cronograma Físico-Financeiro (30064397);

15.6. ANEXO VI - Memorial Descritivo (30064409);

15.7. ANEXO VII - Relatório Fotográfico (30064420);

**Natal/RN, na data da assinatura eletrônica.**



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO GOMES DA COSTA, Coordenador Administrativo Operacional**, em 30/10/2024, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **30063239** e o código CRC **0C15DBD6**.



### PLANILHA DE ORÇAMENTO BASICO

**BDI DA OBRA:** 26,68%

**OBRA:** MANUTENÇÃO NO PRÉDIO DA CESTA SOLIDÁRIA NESTA CEASA/RN

**DATA ANÁLISE:** 25/07/2025

**BASE DE DADOS:** TABELA SINAPI NÃO DESONERADA - MAIO DE 2025

**VALOR C/BDI:** R\$ 322.023,15

ITEM	CODIFICAÇÃO		DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	PREÇOS (R\$)	
	BASE	CÓDIGO				UNITÁRIO	TOTAL
<b>1 SERVIÇOS PRELIMINARES</b>							
0101	COMP.	1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA	UN	1,00	9351,83	R\$ 9.351,83
0102	SINAPII	97622	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM	M3	2,06	74,51	R\$ 153,49
0103	SINAPII	104789	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M3	18,92	262,25	R\$ 4.961,77
0104	SINAPII	97660	REMOÇÃO DE INTERRUPTORES/TOMADAS ELÉTRICAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	14,00	0,89	R\$ 12,46
0105	SINAPII	97665	REMOÇÃO DE LUMINÁRIAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	12,00	2,41	R\$ 28,92
0106	SINAPII	97631	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M2	386,04	14,90	R\$ 5.752,00
0107	SINAPII	97647	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M2	54,60	4,61	R\$ 251,71
0108	COMP.	2	A.R.T. FISCALIZAÇÃO	UN	1,00	314,91	R\$ 314,91
<b>2 COBERTURA</b>							
0201	SINAPII	94210	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MÁXIMA DE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO ICAMENTO. AF_07/2019	M2	54,60	78,24	R\$ 4.271,90
0202	SINAPII	92543	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M2	54,60	33,41	R\$ 1.824,19
0203	COMP.	13	ESTRUTURA TRILHADA DE COBERTURA, TIPO FINK, COM LIGAÇÕES SOLDADAS, INCLUSOS PERFIS METÁLICOS, CHAPAS METÁLICAS, MÃO DE OBRA E TRANSPORTE COM GUINDASTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020_PSA (100775/SINAPI)	M2	650,00	22,66	R\$ 14.729,00
0204	COMP.	14	PILAR METÁLICO PERFIL LAMINADO OU SOLDADO EM AÇO ESTRUTURAL, COM CONEXÕES SOLDADAS, INCLUSOS MÃO DE OBRA, TRANSPORTE E ICAMENTO UTILIZANDO GUINDASTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020_PA (100766/SINAPI)	M2	200,00	24,82	R\$ 4.964,00
0205	SINAPII	94213	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO ICAMENTO. AF_07/2019	M2	35,50	88,30	R\$ 3.134,65
<b>3 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS</b>							
0301	SINAPII	90456	QUEBRA EM ALVENARIA PARA INSTALAÇÃO DE CAIXA DE TOMADA (4X4 OU 4X2). AF_09/2023	UN	1213,00	7,20	R\$ 8.733,60
0302	SINAPII	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	1200,00	6,09	R\$ 7.308,00
0303	SINAPII	91834	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	500,00	22,93	R\$ 11.465,00
0304	SINAPII	91854	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	500,00	11,87	R\$ 5.935,00
0305	SINAPII	92004	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	20,00	69,75	R\$ 1.395,00
0306	SINAPII	91953	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	6,00	36,91	R\$ 221,46
0307	SINAPII	91959	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	6,00	56,06	R\$ 336,36
0308	COMP.	3	Luminária hermética sobrepor para fluorescente tubular T5, 2x14/24w, IP66, ref.: E-73, da Abalux ou similar. Rev 01_06/2024 (ORSE 11440)	UN	12,00	366,54	R\$ 4.398,48
0309	COMP.	9	Refletor Slim LED 100W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar (13148/ORSE)	UN	4,00	104,37	R\$ 417,48
0310	SINAPII	101876	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM PVC, DE EMBUTIR, SEM BARRAMENTO, PARA 6 DISJUNTORES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	2,00	98,37	R\$ 196,74
0311	SINAPII	93653	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	8,00	14,49	R\$ 115,92
0312	SINAPII	93654	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	4,00	15,34	R\$ 61,36
<b>4 INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS</b>							
0401	SINAPII	89714	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	20,00	46,36	R\$ 927,20
0402	COMP.	4	Calha com grelha de piso normal DN 200 em PVC Tigre ou similar (04957/ORSE)	M	10,00	621,05	R\$ 6.210,50
0403	SINAPII	89402	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	24,00	15,29	R\$ 366,96
0404	SINAPII	90443	RASGO LINEAR MANUAL EM ALVENARIA, PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	M	24,00	9,59	R\$ 230,16
0405	SINAPII	98115	TAMPA CIRCULAR PARA ESGOTO E DRENAGEM, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 0,60 M E ALTURA = 0,10 M. AF_12/2020	UN	4,00	124,25	R\$ 497,00
0406	SINAPII	89750	CURVA LONGA 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	2,00	93,74	R\$ 187,48
0407	SINAPII	96650	JOELHO 90 GRAUS, PPR, DN 25 MM, CLASSE PN 25, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	UN	8,00	11,15	R\$ 89,20
0408	SINAPII	89797	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	3,00	63,16	R\$ 189,48
<b>5 COMBATE A INCENDIO</b>							
0501	SINAPII	101905	EXTINTOR DE INCENDIO PORTÁTIL COM CARGA DE ÁGUA PRESSURIZADA DE 10 L, CLASSE A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_PE	UN	4,00	285,13	R\$ 1.140,52
0502	SINAPII	101910	EXTINTOR DE INCENDIO PORTÁTIL COM CARGA DE PQS DE 8 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_PE	UN	4,00	377,58	R\$ 1.510,32
<b>6 REVESTIMENTO</b>							
0601	SINAPII	87894	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	M2	254,88	8,39	R\$ 2.138,44
0602	SINAPII	87829	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE NAS PAREDES INTERNAS DA SACADA, ESPESSURA DE 35 MM, SEM USO DE TELA METÁLICA DE REFORÇO CONTRA FISSURAÇÃO. AF_08/2022	M2	254,88	106,64	R\$ 27.180,40
0603	COMP.	5	Revestimento cerâmico para piso ou parede, 240 x 116 x 9mm, Gail, linha revest, cor branco acetinado, ref. 1009 ou similar, aplicado com argamassa industrializada ac-iii, rejunte epóxi, exclusive regularização de base ou emboço. (12075/ORSE)	M2	160,92	413,34	R\$ 66.514,67
0604	COMP.	6	Revestimento cerâmico para piso ou parede, 30,0 x 18,0 cm, e=12mm, Linha Industrial_Gressitil, Gail, cor cinza claro, ref. 6832_1000 ou similar, aplicado com argamassa industrializada ac-iii, rejunte epóxi, exclusive regularização de base ou emboço. (10826/ORSE)	M2	109,20	438,64	R\$ 47.899,49
0605	COMP.	7	Rodapé em placa extrudada, linha Industrial_Gressitil, Gail, dim. 300x120x9mm, ref.: 4706_1000 ou similar, aplicado com argamassa industrializada ac-iii, rejunte epóxi. (10827/ORSE)	M	59,60	78,64	R\$ 4.686,94



**PLANILHA DE ORÇAMENTO BASICO**

**BDI DA OBRA:** 26,68%

**OBRA:** MANUTENÇÃO NO PRÉDIO DA CESTA SOLIDÁRIA NESTA CEASA/RN

**DATA ANÁLISE:** 25/07/2025

**BASE DE DADOS:** TABELA SINAPI NÃO DESONERADA - MAIO DE 2025 **VALOR C/BDI:** R\$ 322.023,15

ITEM	CODIFICAÇÃO		DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	PREÇOS (R\$)	
	BASE	CÓDIGO				UNITÁRIO	TOTAL
0606	SINAPII	96110	FORRO EM DRYWALL PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA UNIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF 08/2023 PS	M2	109,20	104,18	R\$ 11.376,46
0607	COMP.	8	Painel lã de vidro e=25mm (isover-santa marina ref psi-30/25mm ou similar) - aplicado (00024/ORSE)	M2	109,20	45,82	R\$ 5.003,54
0608	SINAPII	104594	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 80X80 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M² E 10 M². AF 02/2023 PE	M2	87,55	91,46	R\$ 8.007,32
<b>7</b>	<b>PAVIMENTAÇÃO</b>						<b>R\$ 19.725,04</b>
0701	SINAPII	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERES. ESPESSURA DE 5 CM. AF 01/2024	M2	141,70	46,64	R\$ 6.608,89
0702	SINAPII	87702	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, NÃO ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 6CM. AF 07/2021	M2	141,70	72,23	R\$ 10.234,99
0703	SINAPII	96385	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CORPO DE ATERRO DE ATERRO (95% DE ENERGIA DO PROCTOR NORMAL) COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO ESPESSURA 15 CM - EXCLUSIVE MATERIAL, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF 09/2024	M3	9,75	16,39	R\$ 159,80
0704	SINAPII	103328	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF 12/2021	M2	4,95	114,86	R\$ 568,56
0705	SINAPII	101749	PISO CIMENTADO, TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ACABAMENTO LISO, ESPESSURA 4,0 CM, PREPARO MECÂNICO DA ARGAMASSA. AF 09/2020	M2	32,50	66,24	R\$ 2.152,80
<b>8</b>	<b>PINTURA</b>						<b>R\$ 20.921,68</b>
0801	SINAPII	88496	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM TETO, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF 04/2023	M2	109,20	38,56	R\$ 4.210,75
0802	SINAPII	88488	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF 04/2023	M2	109,20	18,96	R\$ 2.070,43
0803	SINAPII	88489	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF 04/2023	M2	241,38	15,94	R\$ 3.847,60
0804	SINAPII	88423	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, UMA COR. AF 03/2024	M2	10,50	25,93	R\$ 272,27
0805	SINAPII	100757	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF 01/2020 PE	M2	41,50	63,34	R\$ 2.628,61
0806	SINAPII	100721	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF 01/2020 PE	M2	41,50	32,11	R\$ 1.332,57
0807	SINAPII	98557	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF 09/2023	M2	9,90	52,05	R\$ 515,30
0808	SINAPII	88497	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF 04/2023	M2	241,38	20,56	R\$ 4.962,77
0809	SINAPII	88485	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF 04/2023	M2	241,38	4,48	R\$ 1.081,38
<b>9</b>	<b>SERVIÇOS COMPLEMENTARES</b>						<b>R\$ 6.885,12</b>
0901	COMP.	10	Letra em aço inox escovado/polido 10 x 10cm - instalado (12041/ORSE)	UN	30,00	75,24	R\$ 2.257,20
0902	SINAPII	97064	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO "TORRE" (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF 03/2024	M	12,00	36,28	R\$ 435,36
0903	COMP.	11	Andaime tubular metálico simples - peça x dia.(02454/ORSE)	UN	1440,00	0,63	R\$ 907,20
0904	COMP.	12	Coleta e carga manuais de entulho.(00026/ORSE)	M3	36,00	91,26	R\$ 3.285,36
						<b>VALOR C/BDI:</b> R\$	<b>322.023,15</b>

O presente orçamento importa o valor de:

**trezentos e vinte e dois mil e vinte e três reais e quinze centavos**

\*\*\*\*\*

BDI DA OBRA ADOTADO = 26,68%

Obs: Orçamento elaborado apenas com levantamentos in loco, podendo haver alterações nos quantitativos e acréscimos de novos serviços durante a execução da obra, tais serviços extras serão repassados e autorizados com antecedência para a contratante.

Os valores obtidos tiveram como base a TABELA SINAPI NÃO DESONERADA - MAIO DE 2025

**FELIPE FERNANDES MESQUITA LOPES**  
ENGENHEIRO CIVIL

**COMPOSIÇÃO DE PREÇO**



BDI Serviços: 26,68%

Obra: MANUTENÇÃO NO PRÉDIO DA CESTA SOLIDÁRIA NESTA CEASA/RN  
Base Dados: TABELA SINAPI NÃO DESONERADA - MAIO DE 2025

Data: 25/07/2025

1		ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA				UN	R\$ 9.351,83	
CODIGO						Unidade	TOTAL	
<b>A - Material</b>				Und.	Qtde.	P.Unit.	Valor Total	Perc.
SINAPI	90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS	H	25,00000	R\$ 130,37	3259,25	44,15%	
SINAPI	90780	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	70,00000	R\$ 58,90	4123,00	55,85%	
						<b>A- Custo Total Material: R\$ 7.382,25</b>		<b>100,0%</b>
<b>B - Mão de Obra</b>				Und.	Qtde.	P.Unit.	Valor Total	Perc.
						<b>B- Custo Total de Mão de Obra: R\$ -</b>		<b>0,0%</b>
						Custo Unitário Total:	7382,25	
						B.D.I (Bonus de Despesas Indiretas):	1969,58	26,68%
						<b>Valor Adotado</b>	<b>R\$ 9.351,83</b>	
2		A.R.T. FISCALIZAÇÃO				UN	R\$ 314,91	
CODIGO						Unidade	TOTAL	
<b>A - Material</b>				Und.	Qtde.	P.Unit.	Valor Total	Perc.
COTAÇÃO	ART/CREA	ART DE FISCALIZAÇÃO FAIXA 2	UN	1,00000	R\$ 271,47	271,47	93,82%	
						<b>A- Custo Total Material: R\$ 271,47</b>		<b>93,8%</b>
<b>B - Mão de Obra</b>				Und.	Qtde.	P.Unit.	Valor Total	Perc.
COTAÇÃO								
						<b>B- Custo Total de Mão de Obra: R\$ -</b>		<b>0,0%</b>
						Custo Unitário Total:	271,47	
						B.D.I (Bonus de Despesas Indiretas):	43,44	16,00%
						<b>Valor Adotado</b>	<b>R\$ 314,91</b>	

3		Luminária hermética sobrepor para fluorescente tubular T5, 2x14/24w, IP66, ref.: E-73, da Abalux ou similar. Rev 01_06/2024 (ORSE 11440)				UN	R\$ 366,54	
CODIGO						Unidade	TOTAL	
<b>A - Material</b>				Und.	Qtde.	P.Unit.	Valor Total	Perc.
	12383/ORSE	Luminária hermética de sobrepor para fluorescente tubular T5, 2x14/24w, IP66,	un	1,0000	R\$ 159,88	159,88	55,26%	
	12384/ORSE	Reator eletrônico para lâmpada fluorescente t5, 2 x 14w/28w	un	1,0000	R\$ 60,00	60,00	20,74%	
	14447/ORSE	Lampada fluorescente tubular t5 de 14 w, bivolt	un	2,0000	R\$ 5,99	11,98	4,14%	
						R\$ 27,92	0,00	0,00%
						<b>A- Custo Total Material: R\$ 231,86</b>		<b>80,1%</b>
<b>B - Mão de Obra</b>				Und.	Qtde.	P.Unit.	Valor Total	Perc.
SINAPI	88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,1000	R\$ 29,74	32,71	11,31%	
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,1000	R\$ 22,52	24,77	8,56%	
						<b>B- Custo Total de Mão de Obra: R\$ 57,48</b>		<b>19,9%</b>
						Custo Unitário Total:	289,34	
						B.D.I (Bonus de Despesas Indiretas):	77,20	26,68%
						<b>Valor Adotado</b>	<b>R\$ 366,54</b>	

4		Calha com grelha de piso normal DN 200 em PVC Tigre ou similar (04957/ORSE)				M	R\$ 621,05	
CODIGO						Unidade	TOTAL	
<b>A - Material</b>				Und.	Qtde.	P.Unit.	Valor Total	Perc.
	04787/ORSE	Calha de piso normal DN 200 em PVC Tigre ou similar	m	1,0000	R\$ 175,96	175,96	35,89%	
	04788/ORSE	Grelha para calha de piso normal DN 200 PVC Tigre ou similar	un	2,0000	R\$ 144,89	289,78	59,11%	
						<b>A- Custo Total Material: R\$ 465,74</b>		<b>95,0%</b>
<b>B - Mão de Obra</b>				Und.	Qtde.	P.Unit.	Valor Total	Perc.
SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5000	R\$ 26,50	13,25	2,70%	
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5000	R\$ 22,52	11,26	2,30%	

**COMPOSIÇÃO DE PREÇO**

BDI Serviços: 26,68%

Obra: MANUTENÇÃO NO PRÉDIO DA CESTA SOLIDÁRIA NESTA CEASA/RN  
Base Dados: TABELA SINAPI NÃO DESONERADA - MAIO DE 2025



Data: 25/07/2025

**B- Custo Total de Mão de Obra: R\$ 24,51 5,0%**

Custo Unitário Total: 490,25  
B.D.I (Bonus de Despesas Indiretas): 26,68% 130,80  
**Valor Adotado R\$ 621,05**

5		Revestimento cerâmico para piso ou parede, 240 x 116 x 9mm, Gail, linha revestl, cor branco acetinado, ref. 1009 ou similar, aplicado com argamassa industrializada ac-iii, rejunte epóxi, exclusive regularização de base ou emboço. (12075/ORSE)				M2	R\$ 413,34
CODIGO						Unidade	TOTAL
<b>A - Material</b>			Und.		P.Unit.	Valor Total	Perc.
SINAPI INSUMO	37595	ARGAMASSA COLANTE TIPO AC III	KG	5,5000	R\$ 2,61	14,36	4,40%
SINAPI INSUMO	37329	REJUNTE EPOXI, QUALQUER COR	KG	1,9000	R\$ 105,12	199,73	61,21%
COTAÇÃO	12909/ORSE	Cerâmica 240 x 116 x 9mm, Gail, linha revestl, cor branco acetinado, ref. 1009	M2	1,0500	R\$ 89,47	93,94	28,79%
						<b>A- Custo Total Material: R\$ 308,03</b>	<b>94,4%</b>
<b>B - Mão de Obra</b>			Und.	Qtde.	P.Unit.	Valor Total	Perc.
SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4000	R\$ 26,50	10,60	3,25%
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3400	R\$ 22,52	7,66	2,35%
						<b>B- Custo Total de Mão de Obra: R\$ 18,26</b>	<b>5,6%</b>
						Custo Unitário Total: 326,29	
						B.D.I (Bonus de Despesas Indiretas): 26,68% 87,05	
						<b>Valor Adotado R\$ 413,34</b>	

6		Revestimento cerâmico para piso ou parede, 30,0 x 18,0 cm, e=12mm, Linha Industrial_Gressitl, Gail, cor cinza claro, ref. 6832_1000 ou similar, aplicado com argamassa industrializada ac-iii, rejunte epóxi, exclusive regularização de base ou emboço.				M2	R\$ 438,64
CODIGO						Unidade	TOTAL
<b>A - Material</b>			Und.	Qtde.	P.Unit.	Valor Total	Perc.
SINAPI INSUMO	37595	ARGAMASSA COLANTE TIPO AC III	KG	5,50000	R\$ 2,61	14,36	4,15%
SINAPI INSUMO	37329	REJUNTE EPOXI, QUALQUER COR	KG	1,90000	R\$ 105,12	199,73	57,68%
COTAÇÃO	11764/ORSE	Cerâmica 30,0 x 18,0 cm, e= 12mm, Gail, linha industrial_Gressit, cor cinza	M2	1,05000	R\$ 108,49	113,91	32,90%
						<b>A- Custo Total Material: R\$ 328,00</b>	<b>94,7%</b>
<b>B - Mão de Obra</b>			Und.	Qtde.	P.Unit.	Valor Total	Perc.
SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,40000	R\$ 26,50	10,60	3,06%
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,34000	R\$ 22,52	7,66	2,21%
						<b>B- Custo Total de Mão de Obra: R\$ 18,26</b>	<b>5,3%</b>
						Custo Unitário Total: 346,26	
						B.D.I (Bonus de Despesas Indiretas): 26,68% 92,38	
						<b>Valor Adotado R\$ 438,64</b>	

7		Rodapé em placa extrudada, linha Industrial_Gressit, Gail, dim. 300x120x9mm, ref.: 4706_1000 ou similar, aplicado com argamassa industrializada ac-iii, rejunte epóxi. (10827/ORSE)				M	R\$ 78,64
CODIGO						Unidade	TOTAL
<b>A - Material</b>			Und.	Qtde.	P.Unit.	Valor Total	Perc.
SINAPI INSUMO	37595	ARGAMASSA COLANTE TIPO AC III	KG	0,45000	R\$ 2,61	1,17	1,88%
SINAPI INSUMO	37329	REJUNTE EPOXI, QUALQUER COR	KG	0,06000	R\$ 105,12	6,31	10,16%
COTAÇÃO	11764/ORSE	Rodapé em placa extrudada, linha Industrial_Gressit, Gail, dim. 300x120x9mm, ref.: 4706_1000 ou similar	M	1,05000	R\$ 41,90	44,00	70,88%
						<b>A- Custo Total Material: R\$ 51,48</b>	<b>82,9%</b>
<b>B - Mão de Obra</b>			Und.	Qtde.	P.Unit.	Valor Total	Perc.
SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,40000	R\$ 26,50	10,60	17,07%
						<b>B- Custo Total de Mão de Obra: R\$ 10,60</b>	<b>17,1%</b>
						Custo Unitário Total: 62,08	
						B.D.I (Bonus de Despesas Indiretas): 26,68% 16,56	
						<b>Valor Adotado R\$ 78,64</b>	

8		Painel lã de vidro e=25mm (isover-santa marina ref psi-30/25mm ou similar) - aplicado (00024/ORSE)				M2	R\$ 45,82
CODIGO						Unidade	TOTAL
<b>A - Material</b>			Und.	Qtde.	P.Unit.	Valor Total	Perc.
COTAÇÃO	00024/ORSE	Painel lã de vidro e=25mm (isover-santa marina ref psi-30/25mm ou similar) -	M2	1	R\$ 36,17	36,17	100,00%

**COMPOSIÇÃO DE PREÇO**

BDI Serviços: 26,68%

Obra: MANUTENÇÃO NO PRÉDIO DA CESTA SOLIDÁRIA NESTA CEASA/RN  
Base Dados: TABELA SINAPI NÃO DESONERADA - MAIO DE 2025



Data: 25/07/2025

					<b>A- Custo Total Material: R\$ 36,17 100,0%</b>
<b>B - Mão de Obra</b>					<b>B- Custo Total de Mão de Obra: R\$ - 0,0%</b>
					Custo Unitário Total: 36,17
					B.D.I (Bonus de Despesas Indiretas): 26,68% 9,65
					<b>Valor Adotado R\$ 45,82</b>

<b>9</b>	<b>Refletor Slim LED 100W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar (13148/ORSE)</b>				<b>UN</b>	<b>R\$ 104,37</b>
<b>CODIGO</b>					<b>Unidade</b>	<b>TOTAL</b>
<b>A - Material</b>			<b>Und.</b>	<b>Qtde.</b>	<b>P.Unit.</b>	<b>Valor Total Perc.</b>
COTAÇÃO	01691/ORSE	Parafuso metal 2 1/2" x 12 p/ bucha s-10	un	2,00000	R\$ 0,88	1,76 2,14%
COTAÇÃO	13791/ORSE	Refletor Slim LED 100W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-	un	1,00000	R\$ 59,00	59,00 71,61%
					<b>A- Custo Total Material: R\$ 60,76 73,7%</b>	
<b>B - Mão de Obra</b>					<b>B- Custo Total de Mão de Obra: R\$ 21,63 26,3%</b>	
SINAPI	88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,50000	R\$ 29,74	14,87 18,05%
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,30000	R\$ 22,52	6,76 8,20%
					Custo Unitário Total: 82,39	
					B.D.I (Bonus de Despesas Indiretas): 26,68% 21,98	
					<b>Valor Adotado R\$ 104,37</b>	

<b>10</b>	<b>Letra em aço inox escovado/polido 10 x 10cm - instalado (12041/ORSE)</b>				<b>UN</b>	<b>R\$ 75,24</b>
<b>CODIGO</b>					<b>Unidade</b>	<b>TOTAL</b>
<b>A - Material</b>			<b>Und.</b>	<b>Qtde.</b>	<b>P.Unit.</b>	<b>Valor Total Perc.</b>
COTAÇÃO	12896/ORSE	Letras aço inox escovado/polido 10 x 10cm	un	1	R\$ 52,76	52,76 88,84%
					<b>A- Custo Total Material: R\$ 52,76 88,8%</b>	
<b>B - Mão de Obra</b>					<b>B- Custo Total de Mão de Obra: R\$ 6,63 11,2%</b>	
SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,25	R\$ 26,50	6,63 11,16%
					Custo Unitário Total: 59,39	
					B.D.I (Bonus de Despesas Indiretas): 26,68% 15,85	
					<b>Valor Adotado R\$ 75,24</b>	

<b>11</b>	<b>Andaime tubular metálico simples - peça x dia.(02454/ORSE)</b>				<b>UN</b>	<b>R\$ 0,63</b>
<b>CODIGO</b>					<b>Unidade</b>	<b>TOTAL</b>
<b>A - Material</b>			<b>Und.</b>	<b>Qtde.</b>	<b>P.Unit.</b>	<b>Valor Total Perc.</b>
COTAÇÃO	00160/ORSE	Aluguel de andaime metálico tubular simples - aluguel diário por peça	Und.	1	R\$ 0,50	0,50 100,00%
SINAPI INSUMO						
SINAPI INSUMO						
SINAPI						
					<b>A- Custo Total Material: R\$ 0,50 100,0%</b>	
<b>B - Mão de Obra</b>					<b>B- Custo Total de Mão de Obra: R\$ - 0,0%</b>	
SINAPI						
SINAPI						
SINAPI						
					Custo Unitário Total: 0,50	
					B.D.I (Bonus de Despesas Indiretas): 26,68% 0,13	
					<b>Valor Adotado R\$ 0,63</b>	

**COMPOSIÇÃO DE PREÇO**

BDI Serviços: 26,68%

Obra: MANUTENÇÃO NO PRÉDIO DA CESTA SOLIDÁRIA NESTA CEASA/RN  
 Base Dados: TABELA SINAPI NÃO DESONERADA - MAIO DE 2025



Data: 25/07/2025

12			Coleta e carga manuais de entulho.(00026/ORSE)				M3	R\$ 91,26
CODIGO							Unidade	TOTAL
<b>A - Material</b>			Und.	Qtde.	P.Unit.	Valor Total	Perc.	
SINAPI INSUMO	13197/ORSE	Locação de caixa coletora de entulho capacidade 5 m³ (Local: Aracaju), prazo máximo de 7 dias	un	1	R\$ 60,00	60,00	83,29%	
SINAPI INSUMO								
SINAPI INSUMO								
SINAPI								
<b>A- Custo Total Material:</b>						<b>R\$ 60,00</b>	<b>83,3%</b>	
<b>B - Mão de Obra</b>			Und.	Qtde.	P.Unit.	Valor Total	Perc.	
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1	12,04	12,04	16,71%	
<b>B- Custo Total de Mão de Obra:</b>						<b>R\$ 12,04</b>	<b>16,7%</b>	
Custo Unitário Total:						72,04		
B.D.I (Bonus de Despesas Indiretas):						26,68%	19,22	
<b>Valor Adotado</b>						<b>R\$ 91,26</b>		

13			ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA, TIPO FINK, COM LIGAÇÕES SOLDADAS, INCLUSOS PERFIS METÁLICOS, CHAPAS METÁLICAS, MÃO DE OBRA E TRANSPORTE COM GUINDASTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020_PSA				M2	R\$ 22,67
CODIGO							Unidade	TOTAL
<b>A - Material</b>			Und.	Qtde.	P.Unit.	Valor Total	Perc.	
SINAPI INSUMO	ORSE	4518	M2	1	R\$ 22,17	22,17	123,88%	
SINAPI INSUMO								
SINAPI INSUMO								
COTAÇÃO								
SINAPI INSUMO								
SINAPI INSUMO								
SINAPI INSUMO								
SINAPI INSUMO								
SINAPI INSUMO								
SINAPI INSUMO								
SINAPI INSUMO								
<b>A- Custo Total Material:</b>						<b>R\$ 22,17</b>	<b>123,9%</b>	
<b>B - Mão de Obra</b>			Und.	Qtde.	P.Unit.	Valor Total	Perc.	
SINAPI								
SINAPI								
SINAPI								
SINAPI								
SINAPI								
<b>B- Custo Total de Mão de Obra:</b>						<b>R\$ -</b>	<b>0,0%</b>	
Custo Unitário Total:						17,90		
B.D.I (Bonus de Despesas Indiretas):						26,68%	4,77	
<b>Valor Adotado</b>						<b>R\$ 22,67</b>		

14			PILAR METÁLICO PERFIL LAMINADO OU SOLDADO EM AÇO ESTRUTURAL, COM CONEXÕES SOLDADAS, INCLUSOS MAO DE OBRA, TRANSPORTE E IÇAMENTO UTILIZANDO GUINDASTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020_PA (100766/SINAPI)				M2	R\$ 24,82
CODIGO							Unidade	TOTAL
<b>A - Material</b>			Und.	Qtde.	P.Unit.	Valor Total	Perc.	
COTAÇÃO	ORSE	9801	M2	1	R\$ 100,00	100,00	510,44%	
<b>A- Custo Total Material:</b>						<b>R\$ 100,00</b>	<b>510,4%</b>	
<b>B - Mão de Obra</b>			Und.	Qtde.	P.Unit.	Valor Total	Perc.	
SINAPI								
SINAPI								
SINAPI								
<b>B- Custo Total de Mão de Obra:</b>						<b>R\$ -</b>	<b>0,0%</b>	
Custo Unitário Total:						19,59		
B.D.I (Bonus de Despesas Indiretas):						26,68%	5,23	
<b>Valor Adotado</b>						<b>R\$ 24,82</b>		

## MEMÓRIA DE QUANTITATIVOS

**AUTOR:** FELIPE FERNANDES MESQUITA LOPES

**SERVIÇO:** MANUTENÇÃO NO PRÉDIO DA CESTA SOLIDÁRIA NESTA CEASA/RN



Codigo	Base	Item	Localização	Dimensões									Total					
				Larg.	Comp.	Altura	Perim.	Área	Vol	Kg	Outros	Desc.		Qtde				
1	COMP.	101	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA													1,00		
			ADMINISTRAÇÃO DE OBRA													1	1,00	
97622	SINAPII	102	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023													2,06		
			DEMOLIÇÃO ILHA EM ALVENARIA	0,15		0,86	8,00										1,03	
			DEMOLIÇÃO ILHA EM ALVENARIA	0,15		0,86	8,00										1,03	
104789	SINAPII	103	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023													18,92		
			PISO INTERNO	8,40	6,50	0,15											8,19	
			PARTE EXTERNA	2,60	6,50	0,15												2,54
			PISO INTERNO	8,40	6,50	0,15												8,19
97660	SINAPII	104	REMOÇÃO DE INTERRUPTORES/TOMADAS ELÉTRICAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023													14,00		
			INTERRUPTOR PARTE TÉRREA													3	3,00	
			TOMADAS PARTE TÉRREA													4	4,00	
			TOMADAS PARTE PARTE CIMA													4	4,00	
97665	SINAPII	105	REMOÇÃO DE LUMINÁRIAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023													12,00		
			LUMINÁRIAS PARTE TÉRREA													4	4,00	
			LUMINÁRIAS PARTE CIMA													8	8,00	
97631	SINAPII	106	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023													386,04		
			REBOCO PARTE INTERNA			3,00	29,80									3	268,20	
			REBOCO FACHADA EXTERNA		6,50	3,00												19,50
			REBOCO PARTE INTERNA			3,00	29,80						1,10					98,34
97647	SINAPII	107	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023													54,60		
			REVISÃO NA COBERTURA	8,40	6,50													54,60
2	COMP.	108	A.R.T. FISCALIZAÇÃO													1,00		
			ART													1	1,00	
94210	SINAPII	201	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MÁXIMA DE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019													54,60		
			REVISÃO NA COBERTURA	8,40	6,50													54,60
92543	SINAPII	202	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019													54,60		
			REVISÃO NA COBERTURA	8,40	6,50													54,60
13	COMP.	203	ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA, TIPO FINK, COM LIGAÇÕES SOLDADAS, INCLUSOS PERFIS METÁLICOS, CHAPAS METÁLICAS, MÃO DE OBRA E TRANSPORTE COM GUINDASTE - FORNECIMENTO E INST.										KG/M2			650,00		
			ESTRUTURA METÁLICA EXTERNA	6,50	5,00									20,00			650,00	
14	COMP.	204	PILAR METÁLICO PERFIL LAMINADO OU SOLDADO EM AÇO ESTRUTURAL, COM CONEXÕES SOLDADAS, INCLUSOS MÃO DE OBRA, TRANSPORTE E IÇAMENTO UTILIZANDO GUINDASTE - FORNECIMENTO E INST.										KG/M			200,00		
			ESTRUTURA METÁLICA EXTERNA			5,00								10,00		4	200,00	
94213	SINAPII	205	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019													35,50		
			ESTRUTURA METÁLICA EXTERNA	6,50	5,00												32,50	

## MEMÓRIA DE QUANTITATIVOS

**AUTOR:** FELIPE FERNANDES MESQUITA LOPES

**SERVIÇO:** MANUTENÇÃO NO PRÉDIO DA CESTA SOLIDÁRIA NESTA CEASA/RN



Codigo	Base	Item	Localização	Dimensões							Total					
				Larg.	Comp.	Altura	Perim.	Área	Vol	Kg		Outros	Desc.	Qtde		
90456	SINAPII	301	QUEBRA EM ALVENARIA PARA INSTALAÇÃO DE CAIXA DE TOMADA (4X4 OU 4X2). AF_09/2023												1.213,00	
			INTERRUPTOR PARTE TÉRREA												3	3,00
			TOMADAS PARTE TÉRREA												5	5,00
			TOMADAS PARTE CIMA												5	5,00
91926	SINAPII	302	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023													1.200,00
			INSTALAÇÃO ELÉTRICA NOVA												1.200	1.200,00
91834	SINAPII	303	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023													500,00
			INSTALAÇÃO ELÉTRICA NOVA												500	500,00
91854	SINAPII	304	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023													500,00
			INSTALAÇÃO ELÉTRICA NOVA												500	500,00
92004	SINAPII	305	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023													20,00
			INSTALAÇÃO ELÉTRICA NOVA												20	20,00
91953	SINAPII	306	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023													6,00
			INSTALAÇÃO ELÉTRICA NOVA												6	6,00
91959	SINAPII	307	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023													6,00
			INSTALAÇÃO ELÉTRICA NOVA												6	6,00
3	COMP.	308	Luminária hermética sobrepor para fluorescente tubular T5, 2x14/24w, IP66, ref.: E-73, da Abalux ou similar. Rev 01_06/2024 (ORSE 11440)													12,00
			INSTALAÇÃO ELÉTRICA NOVA												12	12,00
9	COMP.	309	Refletor Slim LED 100W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar (13148/ORSE)													4,00
			REFLETOR EXTERNO												4	4,00
101876	SINAPII	310	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM PVC, DE EMBUTIR, SEM BARRAMENTO, PARA 6 DISJUNTORES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020													2,00
			INSTALAÇÃO ELÉTRICA NOVA												2	2,00
93653	SINAPII	311	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020													8,00
			INSTALAÇÃO ELÉTRICA NOVA												8	8,00
93654	SINAPII	312	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020													4,00
			INSTALAÇÃO ELÉTRICA NOVA												4	4,00
89714	SINAPII	401	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022													20,00
			INSTALAÇÃO DE CALHA PISO												20,00	20,00

## MEMÓRIA DE QUANTITATIVOS

AUTOR: FELIPE FERNANDES MESQUITA LOPES

SERVIÇO: MANUTENÇÃO NO PRÉDIO DA CESTA SOLIDÁRIA NESTA CEASA/RN



Codigo	Base	Item	Localização	Dimensões									Total			
				Larg.	Comp.	Altura	Perim.	Área	Vol	Kg	Outros	Desc.		Qtde		
4	COMP.	402	Calha com grelha de piso normal DN 200 em PVC Tigre ou similar (04957/ORSE) CALHA PISO		10,00											10,00
89402	SINAPII	403	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022 INSTALAÇÃO HIDRAULICA		12,00										2	24,00
90443	SINAPII	404	RASGO LINEAR MANUAL EM ALVENARIA, PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023 INSTALAÇÃO HIDRAULICA		12,00										2	24,00
98115	SINAPII	405	TAMPA CIRCULAR PARA ESGOTO E DRENAGEM, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 0,60 M E ALTURA = 0,10 M. AF_12/2020 TAMPA CAIXA DE ESGOTO												4	4,00
89750	SINAPII	406	CURVA LONGA 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022 INSTALAÇÃO DE CALHA PISO												2	2,00
96650	SINAPII	407	JOELHO 90 GRAUS, PPR, DN 25 MM, CLASSE PN 25, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022 INSTALAÇÃO HIDRAULICA												8	8,00
89797	SINAPII	408	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022 INSTALAÇÃO DE CALHA PISO												3	3,00
101905	SINAPII	501	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE ÁGUA PRESSURIZADA DE 10 L, CLASSE A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_PE COMBATE A INCÊNDIO												4	4,00
101910	SINAPII	502	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE PQS DE 8 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_PE COMBATE A INCÊNDIO								KG/M2				4	4,00
87894	SINAPII	601	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022 REBOCO PARTE INTERNA REBOCO FACHADA EXTERNA BALDREME PARTE EXTERNA			2,70	29,80								3	254,88
87829	SINAPII	602	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE NAS PAREDES INTERNAS DA SACADA, ESPESSURA DE 35 MM, SEM USO DE TELA METÁLICA DE REFORÇO CONTRA FISSURAÇÃO REBOCO PARTE INTERNA REBOCO FACHADA EXTERNA BALDREME PARTE EXTERNA			2,70	29,80								3	254,88
5	COMP.	603	Revestimento cerâmico para piso ou parede, 240 x 116 x 9mm, Gail, linha revestl, cor branco acetinado, ref. 1009 ou similar, aplicado com argamassa industrializada ac-iii, rejunte epóxi, exclusive regularização de base ou emboço. (12075/ORSE) REVESTIMENTO DE PAREDE NA COR BRANCO			2,70	29,80								2	160,92
6	COMP.	604	Revestimento cerâmico para piso ou parede, 30,0 x 18,0 cm, e=12mm, Linha Industrial_Gressitl, Gail, cor cinza claro, ref. 6832_1000 ou similar, aplicado com argamassa industrializada ac-iii, rejunte epóxi, exclusive regularização de base ou emboço. (10826/ORSE) REVESTIMENTO DE PISO INTERNO	6,50	8,40										2	109,20

## MEMÓRIA DE QUANTITATIVOS

**AUTOR:** FELIPE FERNANDES MESQUITA LOPES

**SERVIÇO:** MANUTENÇÃO NO PRÉDIO DA CESTA SOLIDÁRIA NESTA CEASA/RN



Codigo	Base	Item	Localização	Dimensões									Total			
				Larg.	Comp.	Altura	Perim.	Área	Vol	Kg	Outros	Desc.		Qtde		
7	COMP.	605	Rodapé em placa extrudada, linha Industrial_Gressit, Gail, dim. 300x120x9mm, ref.: 4706_1000 ou similar, aplicado com argamassa industrializada ac-iii, rejunte epóxi. (10827/ORSE) REVESTIMENTO DE PISO INTERNO				29,80								2	59,60
96110	SINAPII	606	FORRO EM DRYWALL PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA UNIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS FORRO INTERNO	6,50	8,40										2	109,20
8	COMP.	607	Painel lã de vidro e=25mm (isover-santa marina ref psi-30/25mm ou similar) - aplicado (00024/ORSE) FORRO INTERNO	6,50	8,40										2	109,20
104594	SINAPII	608	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 80X80 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M² E 10 M². AF_02/2023_PE PARTE ADMINISTRATIVA					87,55								87,55
95241	SINAPII	701	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024 PISO INTERNO PISO EXTERNO	6,50	8,40										2	109,20
87702	SINAPII	702	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, NÃO ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 6CM. AF_07/2021 PISO EXTERNO PISO INTERNO	6,50	5,00										2	109,20
96385	SINAPII	703	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CORPO DE ATERRO DE ATERRO (95% DE ENERGIA DO PROCTOR NORMAL) COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO ESPESSURA 15 CM - EXCLUSIVE MATERIAL, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024 PISO EXTERNO	6,50	5,00	0,30										9,75
103328	SINAPII	704	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021 BALDREME PARTE EXTERNA			0,30	16,50									4,95
101749	SINAPII	705	PISO CIMENTADO, TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ACABAMENTO LISO, ESPESSURA 4,0 CM, PREPARO MECÂNICO DA ARGAMASSA. AF_09/2020 PISO EXTERNO	6,50	5,00											32,50
88496	SINAPII	801	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM TETO, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023 FORRO PARTE INTERNA	6,50	8,40										2	109,20
88488	SINAPII	802	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023 FORRO PARTE INTERNA	6,50	8,40										2	109,20
88489	SINAPII	803	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023 MANUTENÇÃO PARTE SUPERIOR			2,70	29,80								3	241,38
88423	SINAPII	804	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, UMA COR. AF_03/2024 FACHADA EXTERNA		6,50	3,00							9,00			10,50

## MEMÓRIA DE QUANTITATIVOS

**AUTOR:** FELIPE FERNANDES MESQUITA LOPES

**SERVIÇO:** MANUTENÇÃO NO PRÉDIO DA CESTA SOLIDÁRIA NESTA CEASA/RN



Codigo	Base	Item	Localização	Dimensões							Outros	Desc.	Qtde	Total
				Larg.	Comp.	Altura	Perim.	Área	Vol	Kg				
100757	SINAPII	805	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020_PE			3,00								41,50
			PORTA DE ROLO			3,00	3,00							9,00
			ESTRUTURA METÁLICA	5,00	6,50									
100721	SINAPII	806	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020_PE			3,00	3,00							41,50
			PORTA DE ROLO			3,00	3,00							9,00
			ESTRUTURA METÁLICA	5,00	6,50									
98557	SINAPII	807	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF_09/2023											9,90
			BALDRAME EXTERNO			0,30	16,50						2	9,90
88497	SINAPII	808	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023											241,38
			REBOCO PARTE INTERNA			2,70	29,80						3	241,38
88485	SINAPII	809	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023											241,38
			REBOCO PARTE INTERNA			2,70	29,80						3	241,38
10	COMP.	901	Letra em aço inox escovado/polido 10 x 10cm - instalado (12041/ORSE)											30,00
			LETRA "CESTA SOLIDÁRIA"										30	30,00
97064	SINAPII	902	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO "TORRE" (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_03/2024											12,00
			PINTURAS E ESTRUTURA METÁLICA			3,00							4	12,00
11	COMP.	903	Andaime tubular metálico simples - peça x dia.(02454/ORSE)									DIAS		1.440,00
			ANDAIMES									60,00	24	1.440,00
12	COMP.	904	Coleta e carga manuais de entulho.(00026/ORSE)											36,00
			ENTULHO DA OBRA						6,00				6	36,00



## MEMORIAL DESCRITIVO

NATAL/RN  
julho 2025

# ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS

## **1. GENERALIDADES:**

As presentes especificações técnicas têm por objetivo estatuir as condições que presidirão desde a Licitação até o desenvolvimento das obras e serviços relativos à obra da MANUTENÇÃO NO PRÉDIO DA CESTA SOLIDÁRIA NESTA CEASA/RN, fixando as obrigações e direitos tratados ou/não no Edital e Contrato.

## **2. DESCRIÇÃO:**

2.1- Especificações Técnicas Gerais- Compreendendo as características básicas de materiais e equipamentos de emprego previsível nas execuções dos serviços da obra, bem como normas de execução de cada tipo de serviço.

2.2- Especificações de Materiais: contendo Indicações dos locais de aplicação de cada um dos tipos de serviços constantes das especificações técnicas.

## **3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

3.1- para a fiel observância do contrato e perfeita execução e acabamento das obras a contratada deverá manter na obra pessoal técnico habilitado e obrigar-se a prestar toda a assistência técnica e administrativa, com a finalidade de imprimir aos trabalhos o ritmo necessário ao cumprimento dos prazos contratuais.

3.2- Para as obras e serviços, a CONTRATADA, fornecerá e conservará no canteiro de obras, os equipamentos mecânicos e ferramentas indispensáveis ao desenvolvimento dos trabalhos, todos os materiais necessários e mão-de-obra adequada a natureza dos serviços de modo a assegurar a formação de equipes homogêneas e idôneas, compostas de número suficiente de operários, mestres e encarregados, assegurando, assim, o progresso satisfatória da obra.

3.3- À CONTRATADA, caberá a execução das instalações provisórias necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos de reforma e construção das instalações físicas da obra.

3.4- Além dos serviços específicos para a construção, a CONTRATADA responsabilizar-se, pelas ligações definitivas de água, esgotos e instalações de luz e força, garantindo assim a entrega da obra, imediatamente após a realização da Medição Final e seu recebimento provisório.

3.4.1- A contratada deverá colocar a placa da obra, em lugar visível a ser definida pela Fiscalização, quando da instalação da empreiteira para o início dos serviços além de apresentar o Registro da Obra no INSS e CREA.

3.4.3- A CONTRATADA será responsável pela expedição do respectivo Alvará de Construção, nos locais onde a legislação municipal o exija.

## **4. RECEBIMENTO DAS OBRAS:**

4.1- Quando todas as obras e serviços contratados ficarem inteiramente concluídos e realizadas todas as medições, será lavrado um termo de recebimento provisório assinado pelo Engenheiros Fiscal e Responsável Técnico da obra, no ato de entrega da Medição Final.

4.2- O termo de recebimento definitivo será lavrado 60(Sessenta) dias após o termo provisório e se tiverem sido atendidas reclamações da Contratante, referentes a defeitos e imperfeições que venham a ser verificados em qualquer serviço pertinente a obra executados. Este tempo de

recebimento definitivo deverá conter declaração formal de que o prazo mencionado no artigo 1.245 do código Civil, será contado em qualquer hipóteses, à partir da data desse mesmo termo expedido por uma comissão permanente definido pela órgão contratante através de portaria governamental.

## 5. SUB-EMPREITADA:

A CONTRATADA, não poderá sub-empregar as obras e serviços no seu todo, podendo contudo, fazê-lo parcialmente, para cada serviço, a critério da CONTRATANTE mantida, porém a sua responsabilidade.

## 6. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES:

6.1- Este programa prevê a MANUTENÇÃO NO PRÉDIO DA CESTA SOLIDÁRIA NESTA CEASA/RN contratados obedecidos as presentes especificações.

6.2- Os serviços não aprovados ou que se apresentarem defeituosos em sua execução serão exigidos sua demolição e reconstruídos por conta exclusiva da contratada.

6.3- Os materiais que não satisfizerem as especificações ou forem julgadas inadequadas serão removidos do canteiro de serviços dentro de quarenta e oito horas a contar da determinação da Fiscalização.

6.4- As obras serão contratadas pela , instituição ligada ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte, a qual será responsável pela sua fiscalização.

6.5- Cabe a Fiscalização dos serviços, a verificação de andamento da obra de acordo com as especificações técnicas de materiais e serviços, Projetos e Cronograma Físico- financeiro, elaborando o calendário de visitas e relatórios mensais que serão encaminhados AO Subsecretario de Obras e Coordenador de Fiscalização, juntamente com cópia das medições realizadas nesta período e demais documentos necessários ao pagamento dos serviços.

6.6- O responsável pela obra respeitará rigorosamente o andamento do Cronograma Físico Financeiro, previamente contratado, consultada para todo e qualquer esclarecimento, caso necessário, tendo como meio de comunicação o Livro de Ocorrência da Obra que terá anotação sempre que realizada a visita á obra.

## 001 SERVIÇOS PRELIMINARES

A empresa contratada é responsável pela regularização da obra juntos aos órgãos competentes:

- a) Poder Municipal para obtenção do Alvará de Construção
- b) Registro no INSS com obtenção do CEI
- c) CREA-Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura para registros dos Projetos e Execução da Obra

### 0101 ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA

**Critério de Medição:** Unidades Retiradas  
**Unidade de medida:** UN  
**Local (is):** ADMINISTRAÇÃO DE OBRA

### 0102 DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF\_09/2023

**Critério de Medição:** Volume  
**Unidade de medida:** M3

**Local (is):** DEMOLIÇÃO ILHA EM ALVENARIA, DEMOLIÇÃO ILHA EM ALVENARIA

**0103** DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF\_09/2023

**Critério de Medição:** Volume

**Unidade de medida:** M3

**Local (is):** PISO INTERNO, PARTE EXTERNA, PISO INTERNO

**0104** REMOÇÃO DE INTERRUPTORES/TOMADAS ELÉTRICAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF\_09/2023

**Critério de Medição:** Unidades Retiradas

**Unidade de medida:** UN

**Local (is):** INTERRUPTOR PARTE TÉRREA, TOMADAS PARTE TÉRREA, TOMADAS PARTE PARTE CIMA

**0105** REMOÇÃO DE LUMINÁRIAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF\_09/2023

**Critério de Medição:** Unidades Retiradas

**Unidade de medida:** UN

**Local (is):** LUMINÁRIAS PARTE TÉRREA, LUMINÁRIAS PARTE CIMA

**0106** DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF\_09/2023

**Critério de Medição:** Área

**Unidade de medida:** M2

**Local (is):** REBOCO PARTE INTERNA, REBOCO FACHADA EXTERNA, REBOCO PARTE INTERNA

**0107** REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF\_09/2023

**Critério de Medição:** Área

**Unidade de medida:** M2

**Local (is):** REVISÃO NA COBERTURA

## **002 COBERTURA**

A estrutura será em tesouras de madeira, devidamente estruturada para agüentar o esforço sobre elas, e seu projeto ficará a cargo do responsável técnico. Será utilizada madeira de boa qualidade sendo que durante sua execução, a fiscalização se reserva o direito de refugar madeira de má qualidade. E vetada a utilização de madeira de pinus.

A cobertura será com telha de Fibrocimento 6mm. O trânsito no telhamento durante a execução dos serviços será sempre sobre tábuas, colocadas no sentido longitudinal e transversal, estas por sua vez transferirão a carga para as peças da estrutura. O telhamento deverá ser executado para uma completa estanqueidade da edificação.

**0201** TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MÁXIMA DE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO.

**Critério de Medição:** Área

**Unidade de medida:** M2

**Local (is):** REVISÃO NA COBERTURA

**0202** TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL.

**Critério de Medição:** Área

**Unidade de medida:** M2  
**Local (is):** REVISÃO NA COBERTURA

**0203** ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA, TIPO FINK, COM LIGAÇÕES SOLDADAS, INCLUSOS PERFIS METÁLICOS, CHAPAS METÁLICAS, MÃO DE OBRA E TRANSPORTE COM GUINDASTE - FORNECIMENTO E

**Critério de Medição:** Área  
**Unidade de medida:** M2  
**Local (is):** ESTRUTURA METÁLICA EXTERNA

**0204** PILAR METÁLICO PERFIL LAMINADO OU SOLDADO EM AÇO ESTRUTURAL, COM CONEXÕES SOLDADAS, INCLUSOS MÃO DE OBRA, TRANSPORTE E IÇAMENTO UTILIZANDO GUINDASTE - FORNECIMENTO E

**Critério de Medição:** Área  
**Unidade de medida:** M2  
**Local (is):** ESTRUTURA METÁLICA EXTERNA

**0205** TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF\_07/2019

**Critério de Medição:** Área  
**Unidade de medida:** M2  
**Local (is):** ESTRUTURA METÁLICA EXTERNA

### **003 INSTALAÇÕES ELETRICAS**

Toda a parte elétrica e instalações deverão obedecer aos projetos, bem como as normas da ABNT e CELESC. Os condutores a serem usados para alimentação das cargas deverão ser do tipo anti-chama, isolados com PVC para 70°/750V, de fio ou cabo de cobre, de seção conforme o projeto, quando isolados embutidos em eletrodutos na parede ou teto.

Os eletrodutos usados para passagem e proteção dos condutores deverão ser de PVC rígidos, específicos para a aplicação em eletricidade.

A fiação que ficar sobre o forro também deverá ser embutida nos eletrodutos para maior segurança da obra.

Todas as instalações elétricas serão executadas com esmero e bom acabamento, com todos os condutores, condutos e equipamentos cuidadosamente arrumados e firmemente ligados às estruturas de suporte e os respectivos pertences, formando um conjunto mecânico e eletricamente satisfatório e de boa qualidade.

Só serão empregados matérias rigorosamente adequados para a finalidade em vista e que satisfaçam as normas da ABNT que lhes sejam aplicáveis.

**0301** QUEBRA EM ALVENARIA PARA INSTALAÇÃO DE CAIXA DE TOMADA (4X4 OU 4X2). AF\_09/2023

**Critério de Medição:** Unidades Retiradas  
**Unidade de medida:** UN  
**Local (is):** INTERRUPTOR PARTE TÉRREA, TOMADAS PARTE TÉRREA, TOMADAS PARTE CIMA

**0302** CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM<sup>2</sup>, ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_03/2023

**Critério de Medição:** Comprimento  
**Unidade de medida:** M  
**Local (is):** INSTALAÇÃO ELÉTRICA NOVA

- 0303** ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_03/2023  
**Critério de Medição:** Comprimento  
**Unidade de medida:** M  
**Local (is):** INSTALAÇÃO ELÉTRICA NOVA
- 0304** ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_03/2023  
**Critério de Medição:** Comprimento  
**Unidade de medida:** M  
**Local (is):** INSTALAÇÃO ELÉTRICA NOVA
- 0305** TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_03/2023  
**Critério de Medição:** Unidades Retiradas  
**Unidade de medida:** UN  
**Local (is):** INSTALAÇÃO ELÉTRICA NOVA
- 0306** INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_03/2023  
**Critério de Medição:** Unidades Retiradas  
**Unidade de medida:** UN  
**Local (is):** INSTALAÇÃO ELÉTRICA NOVA
- 0307** INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_03/2023  
**Critério de Medição:** Unidades Retiradas  
**Unidade de medida:** UN  
**Local (is):** INSTALAÇÃO ELÉTRICA NOVA
- 0308** Luminária hermética sobrepor para fluorescente tubular T5, 2x14/24w, IP66, ref.: E-73, da Abalux ou similar. Rev 01\_06/2024 (ORSE 11440)  
**Critério de Medição:** Unidades Retiradas  
**Unidade de medida:** UN  
**Local (is):** INSTALAÇÃO ELÉTRICA NOVA
- 0309** Refletor Slim LED 100W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar (13148/ORSE)  
**Critério de Medição:** Unidades Retiradas  
**Unidade de medida:** UN  
**Local (is):** REFLETOR EXTERNO
- 0310** QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM PVC, DE EMBUTIR, SEM BARRAMENTO, PARA 6 DISJUNTORES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_10/2020  
**Critério de Medição:** Unidades Retiradas  
**Unidade de medida:** UN  
**Local (is):** INSTALAÇÃO ELÉTRICA NOVA
- 0311** DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_10/2020  
**Critério de Medição:** Unidades Retiradas  
**Unidade de medida:** UN  
**Local (is):** INSTALAÇÃO ELÉTRICA NOVA

**0312** DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_10/2020

**Critério de Medição:** Unidades Retiradas

**Unidade de medida:** UN

**Local (is):** INSTALAÇÃO ELÉTRICA NOVA

## **004 INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS**

As instalações hidrossanitárias serão embutidas, com tubos e conexões em PVC, marca Tigre ou Similar, podendo ser utilizados tubos soldáveis desde que obedeçam aos padrões de resistência a pressão da rede projetada.

As tubulações de água fria (soldável) e esgoto (ponta e bolsa) deverão ser em PVC rígido, inclusive conexões que atendam as normas da ABNT.

As louças e metais deverão ser fornecidas com todos os parafusos e demais acessórios necessários para sua instalação.

Juntamente com a especificação de materiais, deverão ser obedecidos os critérios básicos para execução dos serviços, conforme item – Generalidade s deste descritivo técnico, e cumpridas todas as normas da ABNT, pertinentes ao assunto.

Todo material deverá ser obrigatoriamente de primeira qualidade, sem uso anterior. Todo material entregue na obra está sujeito à inspeção da Fiscalização devendo ter todos os requisitos de interesse para um bom funcionamento e aspecto.

Só poderão ser instaladas peças idênticas às indicadas nesta especificação, salvo de outra forma, quando previamente aprovadas pela Contratante.

Os aparelhos sanitários, equipamentos afins, respectivos pertences complementares serão fornecidos e instalados com maior apuro.

O perfeito estado de cada aparelho deverá ser minuciosamente verificado antes de sua colocação.

Para o local de aplicação do material descrito nesta especificação, deverá ser consultado o Projeto de Arquitetura. Para definição da bitola a ser utilizada em cada material (depende do local de aplicação do mesmo), deverá ser consultado o Projeto de Instalação Hidráulica.

Caberá à Contratada assentar os materiais nos locais apropriados e a responsabilidade quanto aos materiais empregados.

**0401** TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF\_08/2022

**Critério de Medição:** Comprimento

**Unidade de medida:** M

**Local (is):** INSTALAÇÃO DE CALHA PISO

**0402** Calha com grelha de piso normal DN 200 em PVC Tigre ou similar (04957/ORSE)

**Critério de Medição:** Comprimento

**Unidade de medida:** M

**Local (is):** CALHA PISO

**0403** TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_06/2022

**Critério de Medição:** Comprimento

**Unidade de medida:** M

**Local (is):** INSTALAÇÃO HIDRAULICA

**0404** RASGO LINEAR MANUAL EM ALVENARIA, PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF\_09/2023

**Critério de Medição:** Comprimento

**Unidade de medida:** M

**Local (is):** INSTALAÇÃO HIDRAULICA

**0405** TAMPA CIRCULAR PARA ESGOTO E DRENAGEM, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 0,60 M E ALTURA = 0,10 M. AF\_12/2020

**Critério de Medição:** Unidades Retiradas

**Unidade de medida:** UN

**Local (is):** TAMPA CAIXA DE ESGOTO

**0406** CURVA LONGA 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF\_08/2022

**Critério de Medição:** Unidades Retiradas

**Unidade de medida:** UN

**Local (is):** INSTALAÇÃO DE CALHA PISO

**0407** JOELHO 90 GRAUS, PPR, DN 25 MM, CLASSE PN 25, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_08/2022

**Critério de Medição:** Unidades Retiradas

**Unidade de medida:** UN

**Local (is):** INSTALAÇÃO HIDRAULICA

**0408** JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF\_08/2022

**Critério de Medição:** Unidades Retiradas

**Unidade de medida:** UN

**Local (is):** INSTALAÇÃO DE CALHA PISO

## **005 COMBATE A INCENDIO**

**0501** EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE ÁGUA PRESSURIZADA DE 10 L, CLASSE A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_10/2020\_PE

**Critério de Medição:** Unidades Retiradas

**Unidade de medida:** UN

**Local (is):** COMBATE A INCÊNDIO

**0502** EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE PQS DE 8 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_10/2020\_PE

**Critério de Medição:** Unidades Retiradas

**Unidade de medida:** UN

**Local (is):** COMBATE A INCÊNDIO

## **006 REVESTIMENTO**

Juntamente com esta especificação, deverão ser obedecidos os critérios básicos para execução dos serviços, conforme estabelecidas nas Generalidades desta especificação, e

cumpridas todas as normas da ABNT pertinentes ao assunto.

Os revestimentos deverão apresentar parâmetros e acabamento nivelados e alinhamento, desempenados, apumados, com as arestas vivas. Deverão ser fixadas mestras de madeira para garantir o desempenho perfeito.

As superfícies a serem revestidas deverão ser limpas com escova seca, de modo a eliminar todas as impurezas, deverão ser isentas de pó, gordura, etc. Antes da aplicação do revestimento, as superfícies deverão ser molhadas abundantemente, devendo permanecer úmidas.

O revestimento só poderá ser aplicado após 7 (sete) dias da conclusão da alvenaria e após a cura do concreto. A recomposição de qualquer revestimento não poderá apresentar diferenças de descontinuidade.

Todo material a ser utilizado na execução dos revestimentos deverá ser de primeira qualidade, sem uso anterior.

O revestimento da parede só poderá ser executado após serem colocadas e testadas todas as instalações hidráulicas e canalizações que passam por ela, bem como todas as esquadrias e embutidos. Quando do corte e assentamento das peças não serão aceitos revestimentos cerâmicos com faces expostas que não tenham acabamento de fábrica, ou seja, as peças que forem cortadas devem ser assentadas de forma que as faces talhadas fiquem protegidas.

Caberá a Contratada assentar os materiais nos locais apropriados, utilizando para aplicação dos mesmos, somente profissionais especializados.

As etapas de revestimento de emboço e reboco poderão ser substituídas por massa única (emboço+reboco), industrializada ou misturada na obra.

Impermeabilização dos reservatórios será com membrana asfáltica assim como aditivo impermeabilizante e tinta de base betuminosa junto à argamassa.

Sobre a viga de baldrame, curada, e será executada a impermeabilização com duas de mãos de hidro asfalto, aplicando e cobrindo as laterais da viga no mínimo 10 cm.

**0601** CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L.

**Critério de Medição:** Área

**Unidade de medida:** M2

**Local (is):** REBOCO PARTE INTERNA, REBOCO FACHADA EXTERNA, BALDREME PARTE EXTERNA

**0602** EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE NAS PAREDES INTERNAS DA SACADA, ESPESSURA DE 35 MM, SEM USO DE

**Critério de Medição:** Área

**Unidade de medida:** M2

**Local (is):** REBOCO PARTE INTERNA, REBOCO FACHADA EXTERNA, BALDREME PARTE EXTERNA

**0603** Revestimento cerâmico para piso ou parede, 240 x 116 x 9mm, Gail, linha revestl, cor branco acetinado, ref. 1009 ou similar, aplicado com argamassa industrializada ac-iii, rejunte epóxi, exclusive regularização de base ou emboço.

**Critério de Medição:** Área

**Unidade de medida:** M2

**Local (is):** REVESTIMENTO DE PAREDE NA COR BRANCO

**0604** Revestimento cerâmico para piso ou parede, 30,0 x 18,0 cm, e=12mm, Linha Industrial\_Gressitl, Gail, cor cincza claro,

ref. 6832\_1000 ou similar, aplicado com argamassa industrializada ac-iii, rejunte epóxi, exclusive regularização de

**Critério de Medição:** Área

**Unidade de medida:** M2

**Local (is):** REVESTIMENTO DE PISO INTERNO

**0605** Rodapé em placa extrudada, linha Industrial\_Gressit, Gail, dim. 300x120x9mm, ref.: 4706\_1000 ou similar, aplicado com argamassa industrializada ac-iii, rejunte epóxi. (10827/ORSE)

**Critério de Medição:** Comprimento

**Unidade de medida:** M

**Local (is):** REVESTIMENTO DE PISO INTERNO

**0606** FORRO EM DRYWALL PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA UNIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF\_08/2023\_PS

**Critério de Medição:** Área

**Unidade de medida:** M2

**Local (is):** FORRO INTERNO

**0607** PAINEL Lã de vidro e=25mm (isover-santa marina ref psi-30/25mm ou similar) - aplicado (00024/ORSE)

**Critério de Medição:** Área

**Unidade de medida:** M2

**Local (is):** FORRO INTERNO

**0608** REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 80X80 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M<sup>2</sup> E 10 M<sup>2</sup>. AF\_02/2023\_PE

**Critério de Medição:** Área

**Unidade de medida:** M2

**Local (is):** PARTE ADMINISTRATIVA

## **007 PAVIMENTAÇÃO**

**0701** LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS, ESPESSURA DE 5 CM. AF\_01/2024

**Critério de Medição:** Área

**Unidade de medida:** M2

**Local (is):** PISO INTERNO, PISO EXTERNO

**0702** CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, NÃO ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 6CM. AF\_07/2021

**Critério de Medição:** Área

**Unidade de medida:** M2

**Local (is):** PISO EXTERNO, PISO INTERNO

**0703** EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CORPO DE ATERRO DE ATERRO (95% DE ENERGIA DO PROCTOR NORMAL) COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO ESPESSURA 15 CM - EXCLUSIVE MATERIAL,

**Critério de Medição:** Volume

**Unidade de medida:** M3

**Local (is):** PISO EXTERNO

**0704** ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF\_12/2021

**Critério de Medição:** Área

**Unidade de medida:** M2

**Local (is):** BALDREME PARTE EXTERNA

**0705** PISO CIMENTADO, TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ACABAMENTO LISO, ESPESSURA 4,0 CM, PREPARO MECÂNICO DA ARGAMASSA. AF\_09/2020

**Critério de Medição:** Área

**Unidade de medida:** M2

**Local (is):** PISO EXTERNO

## **008 PINTURA**

A pintura sera iniciada depois de autorizadas pela Fiscalização, com cuidado oferecendo acabamento impecável. Todas as superfícies a pintar deverão ser cuidadosamente limpas e preparadas para o tipo de pintura a que se destinem. Para a verificação dos tons o empreiteiro deverá preparar todas as amostras necessárias no local escolhido. Para os diversos tipos de pintura serão empregados tintas já preparadas. Deverão ser obedecidas rigorosamente as instruções do fabricante para se conseguir a tonalidade desejada. Cada fase parcial de execução dos serviços de pintura deverá ficar totalmente concluída e aceita pela fiscalização para ser iniciada a subsequente.

Tintas Utilizadas: As paredes em alvenaria internas receberão uma demão de liquido selador e duas demãos de Látex PVA, as paredes externas receberão duas demãos de Látex PVA Acrílica. Os detalhes em madeira serão pintados com duas demãos de tinta a óleo, sendo os detalhes em metal pintados com duas demãos de tinta esmalte.

**0801** EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM TETO, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF\_04/2023

**Critério de Medição:** Área

**Unidade de medida:** M2

**Local (is):** FORRO PARTE INTERNA

**0802** PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF\_04/2023

**Critério de Medição:** Área

**Unidade de medida:** M2

**Local (is):** FORRO PARTE INTERNA

**0803** PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF\_04/2023

**Critério de Medição:** Área

**Unidade de medida:** M2

**Local (is):** MANUTENÇÃO PARTE SUPERIOR

**0804** APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, UMA COR. AF\_03/2024

**Critério de Medição:** Área

**Unidade de medida:** M2

**Local (is):** FACHADA EXTERNA

**0805** PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF\_01/2020\_PE

**Critério de Medição:** Área

**Unidade de medida:** M2

**Local (is):** PORTA DE ROLO, ESTRUTURA METÁLICA

**0806** PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF\_01/2020\_PE

**Critério de Medição:** Área

**Unidade de medida:** M2

**Local (is):** PORTA DE ROLO, ESTRUTURA METÁLICA

**0807** IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF\_09/2023

**Critério de Medição:** Área

**Unidade de medida:** M2

**Local (is):** BALDRAME EXTERNO

**0808** EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF\_04/2023

**Critério de Medição:** Área

**Unidade de medida:** M2

**Local (is):** REBOCO PARTE INTERNA

**0809** FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF\_04/2023

**Critério de Medição:** Área

**Unidade de medida:** M2

**Local (is):** REBOCO PARTE INTERNA

## **009 SERVIÇOS COMPLEMENTARES**

**0901** Letra em aço inox escovado/polido 10 x 10cm - instalado (12041/ORSE)

**Critério de Medição:** Unidades Retiradas

**Unidade de medida:** UN

**Local (is):** LETRA "CESTA SOLIDÁRIA"

**0902** MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO "TORRE" (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF\_03/2024

**Critério de Medição:** Comprimento

**Unidade de medida:** M

**Local (is):** PINTURAS E ESTRUTURA METÁLICA

**0903** Andaime tubular metálico simples - peça x dia.(02454/ORSE)

**Critério de Medição:** Unidades Retiradas

**Unidade de medida:** UN

**Local (is):** ANDAIMES

**0904** Coleta e carga manuais de entulho.(00026/ORSE)

**Critério de Medição:** Volume

**Unidade de medida:** M3

**Local (is):** ENTULHO DA OBRA

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Qualquer modificação no projeto arquitetônico, terá que ter previa aprovação do projetista. Todos os serviços e matérias empregados na obra deverão estar em conformidade com as normas da

ABNT e normas locais.

Na entrega da obra, será procedida cuidadosamente verificação, por parte da fiscalização, das perfeitas condições e funcionamento e segurança de todas as instalações de águas, esgotos, aparelhos sanitários, equipamentos diversos, ferragens, instalações elétrica, etc....

### **OBSERVAÇÃO GERAL**

Toda e qualquer etapa da obra que for desenvolvida em desacordo com este memorial descritivo, e não tiver a aprovação do responsável técnico, serão de inteira responsabilidade, da contratada (construtor), que desenvolver tal atividade considerada em desacordo. Estando o proprietário em acordo com este parágrafo.

---

**FELIPE FERNANDES MESQUITA LOPES**  
**ENGENHEIRO CIVIL**

Natal(RN), 25 de julho de 2025.

## CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO



<b>MUNICÍPIO:</b>	NATAL / RN
<b>LOCAL:</b>	RIO GRANDE DO NORTE
<b>OBRA:</b>	MANUTENÇÃO NO PRÉDIO DA CESTA SOLIDÁRIA NESTA CEASA/RN
<b>PRAZO:</b>	<b>90 DIAS</b>

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	VALORES ITENS		PERÍODOS			TOTAIS MÊS
		VALOR	PERC.	01	02	03	%
		(R\$)	%	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	R\$
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	20.827,09	6,47%	60,00%	20,00%	20,00%	100,00%
				12.496,25	4.165,42	4.165,42	<b>20.827,09</b>
2	COBERTURA	28.923,74	8,98%	20,00%	40,00%	40,00%	100,00%
				5.784,75	11.569,50	11.569,50	<b>28.923,74</b>
3	INSTALAÇÕES ELETRICAS	40.584,40	12,60%	60,00%	20,00%	20,00%	100,00%
				24.350,64	8.116,88	8.116,88	<b>40.584,40</b>
4	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	8.697,98	2,70%	40,00%	40,00%	20,00%	100,00%
				3.479,19	3.479,19	1.739,60	<b>8.697,98</b>
5	COMBATE A INCENDIO	2.650,84	0,82%	-	100,00%	-	100,00%
				-	2.650,84	-	<b>2.650,84</b>
6	REVESTIMENTO	172.807,26	53,66%	40,00%	40,00%	20,00%	100,00%
				69.122,90	69.122,90	34.561,45	<b>172.807,26</b>
7	PAVIMENTAÇÃO	19.725,04	6,13%	-	70,00%	30,00%	100,00%
				-	13.807,53	5.917,51	<b>19.725,04</b>
8	PINTURA	20.921,68	6,50%	-	20,00%	80,00%	100,00%
				-	4.184,34	16.737,34	<b>20.921,68</b>
9	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	6.885,12	2,14%	40,00%	40,00%	20,00%	100,00%
				2.754,05	2.754,05	1.377,02	<b>6.885,12</b>

<b>TOTAIS MENSAIS ►</b>	322.023,15	100,00%	R\$ 117.987,79	R\$ 119.850,64	R\$ 84.184,72
			<b>36,64%</b>	<b>37,22%</b>	<b>26,14%</b>
<b>TOTAIS ACUMULADOS ►</b>	322.023,15	100,00%	R\$ 117.987,79	R\$ 237.838,43	R\$ 322.023,15
			<b>36,64%</b>	<b>73,86%</b>	<b>100,00%</b>

# RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Obra: Reforma do Prédio do Programa Cesta Básica

Endereço: Centrais de Abastecimento do RN - Ceasa

Data: 17/10/2024

























CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO RN SA  
Av. Cap. Mor Gouveia, - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59060-400  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - http://ceasa.rn.gov.br

## MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 03110019.001448/2024-31

**Unidade Gestora: CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S/A - CEASA/RN**

Processo Administrativo  
nº: 03110019.001448/2024-31

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE - CEASA/RN E DE OUTRO, (NOME DA EMPRESA), CONFORME SE SEGUE ABAIXO:

**CONTRATANTE:** CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S/A - CEASA/RN, inscrita no CNPJ sob o nº 08.060.899/0001-40, com sede nesta Capital, na Av. Cap. Mor Gouveia, 3005, Lagoa Nova, CEP 59063-400, neste ato representado por seu Diretor Presidente, outrossim, por seu Diretor Financeiro, (NOME COMPLETO), (NACIONALIDADE), (ESTADO CIVIL), (PROFISSÃO), portador da Cédula de Identidade nº (000.000) - inscrito no CPF sob o nº (000.000.000-00), e (NOME COMPLETO), (NACIONALIDADE), (ESTADO CIVIL), (PROFISSÃO), portador da Cédula de Identidade nº (000.000) - inscrito no CPF sob o nº (000.000.000-00).

**CONTRATADO:** (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), com (ENDEREÇO DA EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o nº (00.000.000/0000-00), neste ato representada por sua (CARGO), (NOME DO SÓCIO), (NACIONALIDADE), (ESTADO CIVIL), (PROFISSÃO), portador da Cédula de Identidade nº (000.000) - inscrito no CPF sob o nº (000.000.000-00), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por Contrato Social.

As partes acima qualificadas, resolvem firmar o presente termo de contrato, com base no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEASA/RN, Lei 13.303 de 30 de Junho de 2016, Lei 14.133/21, Lei Complementar Estadual nº 675 de 06 de novembro de 2020, Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e legislação correlata, conforme cláusulas a seguir:

### 1. OBJETO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	VALOR ESTIMADO PARA 12 (DOZE) MESES	PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE VALOR ORÇADO
1	Prestação de serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, além de demais serviços de natureza comum, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra na área da CEASA/RN	R\$ 0,00	00,00%

### 2. DA VINCULAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

2.1. O presente contrato é oriundo do Pregão Eletrônico nº XX/2025, da CEASA/RN, conforme instruído no processo administrativo nº 03110019.001448/2024-31.

### 3. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. De acordo com o Termo de Referência.

### 4. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. Caberá ao Gestor/Fiscal do Contrato, com o auxílio da Consultoria de Engenharia da CEASA/RN proceder à verificação quanto à qualidade, quantidade e conformidade dos produtos observada à especificação do Edital e da proposta de preços do vencedor, oportunidade em que se observarão apenas as informações constantes da fatura e das embalagens, em confronto com a respectiva nota de empenho ou ordem de compra;

4.2. O serviço em desacordo com as especificações técnicas e da proposta de preços da CONTRATADA será rejeitado no todo ou em parte;

4.3. A efetiva aceitação do objeto ser realizada após ser considerado satisfatório a execução dos serviços;

4.4. A aceitação dos serviços não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de desconformidade com as especificações estabelecidas no Edital, seus Anexos e na proposta vencedora, posteriormente verificados;

4.5. Verificado algum motivo superveniente: fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, a

CONTRATANTE poderá conceder prorrogação de prazo necessária, desde que o respectivo pedido seja apresentado pela CONTRATADA, por escrito, devidamente fundamentado, até 05 (cinco) dias antes do vencimento do prazo contratual;

4.6. Havendo qualquer incompatibilidade entre a Ordem de Serviço com a Nota Fiscal/Fatura, o CONTRATADO deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

4.7. O CONTRATADO responderá por danos causados diretamente à terceiros ou à CONTRATANTE, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

## 5. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação;

## 6. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1. O prazo de vigência do contrato é de 120 dias, tendo início a partir de xx/xx/2025 a xx/xx/2026, desde que observados os seguintes requisitos:

- I - Relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- II - Autorização formal da autoridade competente;
- III - Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- IV - A administração mantenha interesse na realização do serviço;
- V - Comprovação de que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- VI - Manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- VII - Comprovação de que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;
- VIII - A contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual;

6.2. A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

### 6.3. Não poderão ser prorrogados os contratos que:

6.3.1. Os preços contratados estiverem superiores aos estabelecidos como limites em ato normativo da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços;

6.3.2. A contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade, suspensão temporária ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

6.3.3. É juridicamente possível a prorrogação do contrato por prazo diverso do contratado originalmente. **(Item 12, letra C do Anexo IV da IN SEGES/MPDG n. 5/2017).**

## 7. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

7.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que pertinentes ao fiel cumprimento do pactuado no contrato, além de prestar apoio à instrução processual e ao protocolamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras;

7.2. As atividades de gestão e fiscalização do contrato que será originado por este termo competem ao Gestor do Contrato e aos Fiscais Técnicos e Administrativos designados pela Autoridade Competente, de acordo com as disposições a seguir:

7.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, devendo ser exercidas por servidores devidamente designados e qualificados, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho das ações relacionadas à Gestão do contrato;

7.4. A fiscalização de que trata estas cláusulas não reduz nem exclui a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5. O pagamento será devidamente efetuado após o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados;

7.6. Havendo qualquer erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação ou de qualquer outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. O prazo iniciar-se após a devida regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

## 8. DO VALOR DO CONTRATO

8.1. O valor estimado total do contrato será de (VALOR POR EXTENSO);

8.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da

contratação;

8.3. A CONTRATADA poderá pleitear, decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses após a pactuação inicial, a revisão de preços contratados com base no IPCA;

## 9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. O recursos orçamentários para cobrir a execução da presente despesa correrão à conta da classificação: **17205.20.122.0100.2205.220501. 339039.0.501.**

## 10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que a CEASA/RN atestar a execução do objeto do contrato;

10.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CEASA/RN;

10.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

10.4.1. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CEASA/RN;

10.4.1.1. Previamente à emissão de cada pagamento, a CEASA/RN deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

10.4.1.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CEASA/RN deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

10.4.1.3. Persistindo a irregularidade, a CEASA/RN deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

10.4.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação;

I - Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CEASA/RN.

II - Além do disposto no subitem acima, poderá a autoridade competente, na forma do art. 4º-F da Lei nº 13.979/20, dispensar a apresentação de documentação de regularidade fiscal ou trabalhista (salvo a comprobatória de regularidade com a seguridade social), de forma excepcional e justificada, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviços

10.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.5.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.5.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CEASA/RN, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

10.6. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

## 11. DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

11.2. Constituem motivo para rescisão do contrato:

11.2.1. Descumprimento de obrigações contratuais;

11.2.2. A alteração da pessoa do contratado, mediante:

a) A subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da CEASA/RN, observado o RILC-CEASA;

b) A fusão, cisão, incorporação, ou associação do contratado com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no contrato e sem prévia autorização da CEASA/RN;

11.2.3. O desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato;

11.2.4. O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

11.2.5. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

11.2.6. A decretação de falência ou a insolvência civil do contratado;

11.2.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada, desde que prejudique a execução do contrato;

11.2.8. Razões de interesse da CEASA/RN, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;

11.2.9. O atraso nos pagamentos devidos pela CEASA/RN decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

11.2.10. A não liberação, por parte da CEASA/RN, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

11.2.11. A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

11.2.12. **A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;**

11.2.13. O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

11.2.14. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

11.2.15. Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização;

**11.3. As práticas passíveis de rescisão, tratadas nesse inciso, podem ser definidas, dentre outras, como:**

I - corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da Companhia no processo licitatório ou na execução do contrato;

II - fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;

III - conclusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes da Companhia, visando estabelecer preço sem níveis artificiais e não competitivos;

IV - coercitiva: causar danos ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

V - obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

**11.4. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.**

11.5. A rescisão do contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a CEASA/RN;

III - judicial, nos termos da legislação.

11.5.1. A rescisão por ato unilateral deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

11.5.2. Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o subitem anterior será de 90 (noventa) dias.

11.5.3. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte CEASA/RN, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este, ainda direito a casos de

rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

- I - devolução da garantia;
- II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- III - pagamento do custo da desmobilização.

11.5.4. A rescisão por ato unilateral da CEASA/RN acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste RILC:

11.5.5. I. assunção imediata do objeto contratado, pela CEASA/RN, no estado e local em que se encontrar;

11.5.6. II. execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela CEASA/RN;

11.5.7. III. na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CEASA/RN.

## 12. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1. Os contratos regidos por este RILC poderão ser alterados qualitativamente e quantitativamente, por acordo das partes e mediante prévia justificativa da autoridade competente, vedando-se alterações que resultem em violação ao dever de licitar. **(art. 80 do RILC-CEASA)**

12.1.1. quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

12.1.2. quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

12.1.3. **quando conveniente à substituição da garantia de execução;**

12.1.4. quando necessária à modificação do regime de execução do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

12.1.5. quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

12.1.6. para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

I - O contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;

II - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no subitem anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre os CEASA/RN.

III - No caso de supressão serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser pagos pela CEASA/RN pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados;

IV - A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso;

V - Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos do contratado, a CEASA/RN deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial;

**VI - A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento;**

VII - É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade da contratada.

## 13. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### 13.1. OBRIGAÇÕES DA CEASA/RN:

13.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.1.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

- 13.1.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
- 13.1.5. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- 13.1.5.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;
- 13.1.5.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;
- 13.1.5.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação;
- 13.1.5.4. considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 13.1.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do deste termo de referência;
- 13.1.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 13.1.8. Exigir da CONTRATADA que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- 13.1.9. A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);
- 13.1.10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**
- 13.1.11. Executar o contrato conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 13.1.12. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.1.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.1.14. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 13.1.15. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
- 13.1.16. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 13.1.17. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 13.1.18. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços;
- 13.1.19. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 13.1.20. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 13.1.21. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- 13.1.22. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 13.1.23. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;
- 13.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.1.25. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.1.26. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;
- 13.1.27. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.1.28. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua

proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação;

13.1.29. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

13.1.30. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

13.1.31. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

13.1.32. Manter os empregados nos horários predeterminados pela CONTRATANTE;

13.1.33. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

13.1.34. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

13.1.35. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

13.1.36. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

13.1.37. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;

13.1.38. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

13.1.39. Providenciar junto ao CREA as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

13.1.40. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

13.1.41. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

13.1.42. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

13.1.43. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

13.1.44. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

13.1.45. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

a) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

b) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

c) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

d) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

13.1.46. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

13.1.47. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

13.1.48. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

13.1.48.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

13.1.48.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

13.1.48.3. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

13.1.48.4. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

13.1.48.5. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

13.1.49. Reconhecer sua responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

13.1.50. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela CONTRATADA, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato;

13.1.51. Aceitar, em caso de descumprimento da obrigação acima, a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, aceitar que contratante efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;

13.1.52. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

## 13.2. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

13.2.1. Os serviços serão fiscalizados pelo Fiscal e Gestor designado pelo Direto Presidente da CEASA/RN, que emitirá:

a) Termo de Recebimento Provisório, após o recebimento de comunicação escrita por parte da CONTRATADA para verificação, pela fiscalização, de suas conformidades com as especificações previstas nesta contratação;

b) O prazo para essa verificação é de 15(quinze) dias a contar do recebimento da comunicação por escrito;

c) Termo de Recebimento Definitivo, em até 5 (cinco) dias a contar da data do recebimento da Nota Fiscal.

13.2.2. A CONTRATADA deverá solicitar a fiscalização, através de comunicação escrita, que se proceda a verificação da conformidade dos serviços entregues com as especificações previstas nesse Termo de Referência.

a) **Não será reconhecida como comunicação escrita a apresentação de Nota Fiscal. Assim a Nota fiscal não deverá ser emitida antes da verificação das conformidades prevista no item 6.4.1.**

b) No caso de aceite do objeto contratual, após o procedimento de verificação, a Contratante notificará a Contratada via e-mail para apresentar a Nota Fiscal correspondente a execução do objeto aprovado pela fiscalização e emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.

c) No caso dos serviços prestados serem entregues em desconformidade com o especificado neste termo de referência, a contratada será informada via e-mail, e terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do envio do e-mail pela contratante, para retirar as pendências, com todas as expensas, de responsabilidade da própria empresa, sem quaisquer custas advinda da substituição.

d) **a contratante deverá ser comunicada dos mesmos moldes que trata o item 6.4.2, da conclusão das correções que trata o item anterior.**

e) O Recebimento Provisório ou o Recebimento Definitivo não acarreta responsabilidade da Administração, nem exclui, nem atenua, a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança do objeto realizado, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 14. DA VISTORIA

14.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 12:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail: **adm.ceasa@gmail.com**;

14.2. O prazo para vistoria será de no mínimo 03 (três) dias úteis à contar da data de convocação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte;

14.3. Para a vistoria a empresa interessada, através de seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

14.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a empresa vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes;

14.5. A empresa que realizar a vistoria deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, nos termos do Edital;

## 15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

15.1. Comete infração administrativa nos termos do RILC-CEASA, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.3. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

15.4. Multa de:

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- f) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- g) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.5. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.7. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

15.8. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**TABELA 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**TABELA 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
	Minuta de Contrato 34149832 SEI 03110019.001448/2024-31 / pg. 9	

1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	01
9	Cumprir quaisquer dos itens deste termo de referência e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no referência/contrato.	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA.	01

15.9. Também ficam sujeitas às penalidades previstas no RILC-CEASA, as empresas ou profissionais que:

15.9.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.9.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.9.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

15.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no RILC-CEASA, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;

15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

15.13. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;

15.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

15.15. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR;

15.16. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

15.17. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;

15.18. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 16. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

16.1. As partes deverão cumprir a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo.

16.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso, em conformidade com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

16.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

16.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação de dados firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

16.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

16.6. É dever da contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

16.7. A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados, caso hajam, o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

16.8. A Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

16.9. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pela Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

16.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, nos termos do art. 37 da LGPD, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

16.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Estatal nas hipóteses previstas na LGPD.

16.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

16.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **17. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À ANTICORRUPÇÃO**

17.1. As partes se comprometem a atuar exclusivamente dentro do escopo da lei aplicável em vigor.

17.2. A Contratada assume que é expressamente contrária à prática de atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, assim entendidos todos aqueles atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

17.3. Para fins de cumprimento do disposto na presente cláusula, a CONTRATADA declara que:

17.3.1. Está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato;

17.3.2. Não foi condenada pelas práticas previstas na Lei Federal n.º 12.846/2013;

17.3.3. Seus sócios, diretores, administradores, empregados, assessores, prepostos e colaboradores não cometerão qualquer ato ilícito nem auxiliarão, incitarão ou instigarão terceiros a cometerem atos ilícitos, que incluem oferecer, conceder, requerer ou aceitar pagamentos, doações, compensação, benefícios ou quaisquer outras vantagens indevidas e/ou ilegais para si ou para terceiros, bem como o desvio de finalidade do presente contrato, ou atos lesivos expressamente previstos na Lei Federal nº 12.846/13, que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato;

17.4. As partes se comprometem a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e as obrigações de seus agentes e/ou empregados em questões comerciais, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações deste contrato;

17.5. Caso a Contratada viole essas regras, poderá a CEASA/RN rescindir motivadamente o contrato.

17.6. A Contratada se obriga a arcar com todos os prejuízos gerados à CEASA/RN relativos a todo e qualquer passivo, demandas, perdas e/ou danos, penalidades decorrentes de responsabilização administrativa e civil, na forma da Lei Federal nº 12.846/13, custas judiciais, honorários advocatícios e eventuais outras despesas que porventura venha ter, decorrentes da violação dessas regras, desde que fique absolutamente comprovada sua culpa e o nexo de causalidade entre o ato realizado e o dano causado à CEASA/RN.

## **18. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À BOAS PRÁTICAS**

18.1. Atender às exigências do Código de Ética e Conduta da CEASA/RN, além de promover treinamentos anuais com os empregados.

18.2. Atender às exigências de integridade da CEASA/RN, nos termos previstos nas normas internadas da entidade.

18.3. A CONTRATADA concorda em cumprir e fazer cumprir, conforme o caso, e declarar-se ciente e disposto a seguir:

18.3.1. Respeitar o direito de livre associação e negociação coletiva de seus empregados;

18.3.2. Respeitar e promover a diversidade, abstendo-se de todas as formas de preconceito e discriminação, de modo que nenhum empregado ou potencial empregado receba tratamento discriminatório em função de sua raça, cor de pele, origem étnica, nacionalidade, posição social, idade, religião, gênero, orientação sexual, estética pessoal, condição física, mental ou psíquica, estado civil, opinião, convicção política, ou qualquer outro fator de diferenciação;

18.3.3. Apoiar de forma efetiva a erradicação da exploração sexual, assim como coibir o assédio sexual e moral em sua força de trabalho;

18.3.4. Adotar medidas de combate à prática de lavagem de dinheiro e à corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

## **19. DOS CASOS OMISSOS**

19.1. Os casos omissos serão dirimidos pela CONTRATANTE com observância dos Regimentos da CEASA/RN, e da legislação vigente, em especial, a Lei 13.303/2016.

## **20. DA PUBLICAÇÃO**

20.1. A publicação resumida deste instrumento contratual ou de seus aditamentos, na imprensa oficial, que é

condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente de sua assinatura.

**21. DO FORO**

21.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Natal, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente edital e seus anexos, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

Natal, data da assinatura eletrônica.

Pela Contratante:

**(NOME DO DIRETOR PRESIDENTE)**

Diretor Presidente

**(NOME DO DIRETOR FINANCEIRO)**

Diretor Financeiro

Pela Contratada:

**(REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)**

Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **NILTON WILLIAM DE OLIVEIRA, Pregoeiro**, em 09/06/2025, às 01:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **34149832** e o código CRC **7A349776**.

# PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

## Proposta de Preços

**À:** [Nome da Entidade Licitante]

**Processo Licitatório N°:** [Número do Processo Licitatório]

**Edital N°:** [Número do Edital]

**Objeto:** [Descrição sucinta do objeto da licitação, conforme edital]

---

### 1. Dados da Proponente

- **Razão Social:** [Nome Completo da Sua Empresa]
  - **CNPJ:** [Número do CNPJ]
  - **Endereço Completo:** [Nome da Rua ou Avenida], [Número], [Bairro], [Cidade], [Estado], [CEP]
- 

### 2. Preposto para Contato

- **Nome do Preposto:** [Nome Completo do Preposto da Proponente]
  - **E-mail para Contato:** [E-mail do Preposto]
  - **Telefone para Contato:** [Telefone do Preposto]
- 

### 3. Detalhamento dos Preços

Apresentamos a seguir o valor total da proposta para a execução dos serviços de engenharia descritos no Edital:

- **Valor Total da Proposta (numérico):** R\$ [VALOR TOTAL NUMÉRICO]
  - **Valor Total da Proposta (por extenso):** [VALOR TOTAL POR EXTENSO]
- 

### 4. Condições Comerciais

- **Prazo de Validade da Proposta:** [Número] dias, contados a partir da data de abertura do certame.
- **Dados Bancários para Recebimento:**
  - **Instituição Bancária:** [Nome da Instituição Bancária]

- Agência: [Número da Agência]
  - Tipo de Conta: [Corrente/Poupança/Outro]
  - Número da Conta: [Número da Conta]
- 

## **5. Declarações**

Declaramos, sob as penas da lei, que:

1. Os preços apresentados são firmes e irrevogáveis, salvo as condições previstas em edital.
2. Temos pleno conhecimento do objeto da licitação, das condições do edital e de todos os elementos necessários para a perfeita execução dos serviços.
3. Assumimos inteira responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações contidas nesta proposta.

**[Local], [Dia] de [Mês] de [Ano].**

**Atenciosamente,**

**[Assinatura do Representante Legal]**

**[Nome Completo do Representante Legal]**

**[Cargo do Representante Legal]**

## PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Eu, [Nome Completo do Representante Legal], portador(a) do RG nº [Número do RG], inscrito(a) no CPF sob o nº [Número do CPF], na qualidade de [Cargo do Representante Legal] da empresa [Nome Completo da Empresa], com sede em [Endereço Completo da Empresa], inscrita no CNPJ sob o nº [Número do CNPJ], para fins de participação no processo licitatório [Número do Processo Licitatório/Modalidade de Licitação], referente ao Edital nº [Número do Edital], DECLARO, sob as penas da lei, e em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que esta empresa **não emprega e não empregará, em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.**

Atesto que a empresa [Nome Completo da Empresa] cumpre estritamente o previsto no **inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal da República Federativa do Brasil**, e demais legislações pertinentes à proteção do trabalho do menor.

Declaro, ainda, estar ciente de que a falsidade desta declaração poderá implicar nas sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

[Local, Data].

[Assinatura do Representante Legal]

[Nome Completo do Representante Legal]

[Cargo do Representante Legal]

## PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA RESERVA DE CARGOS PARA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Eu, [Nome Completo do Representante Legal], portador(a) do RG nº [Número do RG], inscrito(a) no CPF sob o nº [Número do CPF], na qualidade de [Cargo do Representante Legal] da empresa [Nome Completo da Empresa], com sede em [Endereço Completo da Empresa], inscrita no CNPJ sob o nº [Número do CNPJ], para fins de participação no processo licitatório [Número do Processo Licitatório/Modalidade de Licitação], referente ao Edital nº [Número do Edital], DECLARO, sob as penas da lei, e em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que esta empresa **cumpr integralmente o disposto na Lei Estadual nº 11.587, de 08 de novembro de 2023**, a qual "Dispõe sobre a reserva de percentual de cargos e empregos para travestis e transexuais no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta e dá outras providências."

Atesto que a empresa [Nome Completo da Empresa] está ciente e aplica as diretrizes e percentuais estabelecidos pela referida lei em suas contratações e na formação de seu quadro de pessoal, demonstrando seu compromisso com a inclusão e a diversidade.

Declaro, ainda, estar ciente de que a falsidade desta declaração poderá implicar nas sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

[Local, Data].

[Assinatura do Representante Legal]

[Nome Completo do Representante Legal]

[Cargo do Representante Legal]

## **PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE**

### **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU REABILITADAS**

Eu, [Nome Completo do Representante Legal], portador(a) do RG nº [Número do RG], inscrito(a) no CPF sob o nº [Número do CPF], na qualidade de [Cargo do Representante Legal] da empresa [Nome Completo da Empresa], com sede em [Endereço Completo da Empresa], inscrita no CNPJ sob o nº [Número do CNPJ], para fins de participação no processo licitatório [Número do Processo Licitatório/Modalidade de Licitação], referente ao Edital nº [Número do Edital], DECLARO, sob as penas da lei, e em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que esta empresa cumpre integralmente o disposto na Lei Estadual nº 10.783, de 22 de Outubro de 2020, a qual "Dispõe sobre a reserva de percentual de cargos e empregos para pessoas com deficiência ou reabilitadas da Previdência Social no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta e dá outras providências."

Atesto que a empresa [Nome Completo da Empresa] está ciente e aplica as diretrizes e percentuais estabelecidos pela referida lei em suas contratações e na formação de seu quadro de pessoal, demonstrando seu compromisso com a inclusão e a acessibilidade.

Declaro, ainda, estar ciente de que a falsidade desta declaração poderá implicar nas sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

**[Local, Data].**

**[Assinatura do Representante Legal]**

**[Nome Completo do Representante Legal]**

**[Cargo do Representante Legal]**